

**SAMILLA NUNES REZENDE RODRIGUES**

**PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E SEGURANÇA ALIMENTAR: UM  
OLHAR SOBRE A PANDEMIA E SEUS IMPACTOS NA ALIMENTAÇÃO DOS  
ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ENSINO PÚBLICO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para a obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Gustavo Bastos Braga

Coorientadora: Silvia Eloiza Priori

**VIÇOSA - MINAS GERAIS  
2023**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Campus Viçosa

T

R696p  
2023

Rodrigues, Samilla Nunes Rezende, 1995-  
Programa de alimentação escolar e segurança alimentar: um  
olhar sobre a pandemia e seus impactos na alimentação dos  
estudantes da educação básica no ensino público / Samilla Nunes  
Rezende Rodrigues. – Viçosa, MG, 2023.

1 dissertação eletrônica (96 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador: Gustavo Bastos Braga.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,  
Departamento de Economia Rural, 2023.

Inclui bibliografia.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2024.016>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Programa Nacional de Alimentação Escolar (Brasil).  
2. Segurança alimentar. 3. COVID-19, Pandemia de, 2020-  
I. Braga, Gustavo Bastos, 1988- II. Universidade Federal de  
Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa de  
Pós-Graduação em Extensão Rural. III. Título.

CDD 22. ed. 371.7160981

Bibliotecário(a) responsável: Bruna Silva CRB-6/2552


**SAMILLA NUNES REZENDE RODRIGUES**

**PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E SEGURANÇA ALIMENTAR: UM  
OLHAR SOBRE A PANDEMIA E SEUS IMPACTOS NA ALIMENTAÇÃO DOS  
ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ENSINO PÚBLICO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para a obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 21 de novembro de 2023.

Assentimento:

Documento assinado digitalmente  
 SAMILLA NUNES REZENDE RODRIGUES  
Data: 31/01/2024 13:37:56-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Samilla Nunes Rezende Rodrigues  
Autora

Documento assinado digitalmente  
 GUSTAVO BASTOS BRAGA  
Data: 31/01/2024 10:01:19-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Gustavo Bastos Braga  
Orientador

*Dedico à minha mãe, Rosilene Pereira Nunes.  
Sem você, eu nada seria.*

## **AGRADECIMENTOS**

Sou grata a todos e todas que de alguma forma caminharam junto comigo nesta jornada.

Em especial, um agradecimento à minha mãe, Rosilene Pereira Nunes, que é professora, e a primeira mulher da família com um diploma de graduação, na qual me inspiro e me fortaleço todos os dias.

Obrigada, Virna Ísie Nunes R. Rodrigues, minha irmã, por me escutar sempre que necessário; Aloísio Rezende Rodrigues, meu pai, por me poupar em alguns momentos; Arley Silva Braga, meu padrasto, por me trazer de volta ao eixo nos momentos difíceis, e Cleberson da Silva Santos, meu marido, por estar sempre ao meu lado, sendo meu esteio.

Agradeço, também, aos amigos que me apoiaram, incentivaram e, por diversas vezes, ajudaram-me a me manter firme.

Indispensável o agradecimento àqueles com papel primordial na minha formação acadêmica e profissional, meu orientador, que esteve comigo durante todo o processo de formação enquanto mestre, Gustavo Bastos Braga; e aos professores, que desde a graduação são exemplos nos quais fito e me guio, Bianca Lima Costa e Pablo Murta Baião Albino.

Fica, por fim, meu agradecimento ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

*“Democracia com fome, sem educação e saúde para a maioria, é uma concha vazia”.*  
(Nelson Mandela)

## RESUMO

RODRIGUES, Samilla Nunes Rezende, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, novembro de 2023. **Programa de Alimentação Escolar e Segurança Alimentar: um olhar sobre a pandemia e seus impactos na alimentação dos estudantes da Educação Básica no Ensino Público**. Orientador: Gustavo Bastos Braga. Coorientadora: Silvia Eloiza Priore.

Frente ao fechamento das escolas no período pandêmico desencadeado pela Covid-19, foram implementadas modificações na aplicação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que passou a ocorrer mediante a entrega de cestas com o kit de alimentos às famílias dos estudantes. Diante disso, este trabalho tem como objetivo compreender o impacto do PNAE para a promoção da Segurança Alimentar (SA). Em específico, elucidar o panorama geral acerca do desenvolvimento do PNAE, trazendo a trajetória do programa no país; avaliar a contribuição do PNAE para a alimentação das famílias durante o período de pandemia; e avaliar o índice de Insegurança Alimentar (IA) das famílias dos estudantes assistidos pelo PNAE. Para tanto, cada objetivo específico foi trabalhado em formato de artigo, visando responder ao objetivo central desta dissertação. Como resultado, observa-se que embora o PNAE, apesar de adaptado, não tenha alcançado plenamente seu propósito, devido ao acesso limitado às cestas com os kits de alimentos, isso não diminui a relevância do programa, realidade explicitada nas falas dos entrevistados. Nota-se, também, que parcela significativa das famílias participantes desta pesquisa encontram-se em estado de IA (45,45%). Afere-se a importância do PNAE enquanto contribuinte para a alimentação e para a promoção da SA dentro de sua perspectiva redistributiva, sendo um importante meio pelo qual o Estado pode promover o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Sugere-se, frente a discussão deste trabalho, a avaliação de construção de uma política voltada à alimentação domiciliar, visando a promoção da SA às famílias dos estudantes, que nestes achados se mostraram as mais impactadas pela IA, se comparado às crianças.

Palavras-chave: Programa Nacional de Alimentação Escolar. Segurança Alimentar. Covid-19.

## ABSTRACT

RODRIGUES, Samilla Nunes Rezende, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, November, 2023. **School Meals and Food Security Program: a look at the pandemic and its impacts on the nutrition of Basic Education students in Public Education.** Adviser: Gustavo Bastos Braga. Co-adviser: Silvia Eloiza Priore.

In the face of the closure of schools during the pandemic triggered by Covid-19, modifications were implemented in the application of the National School Feeding Program (PNAE), which began to take place through the delivery of baskets with food kits to the families of students. In light of this, this work aims to understand the impact of the PNAE on promoting Food Security (FS). Specifically, it seeks to elucidate the overall panorama regarding the development of the PNAE, presenting the program's trajectory in the country; evaluate the contribution of the PNAE to the food supply of families during the pandemic period; and assess the Food Insecurity (FI) index of the families of students assisted by the PNAE. To achieve these objectives, each specific goal was addressed in the form of an article, aiming to respond to the central objective of this dissertation. As a result, it is observed that although the PNAE, despite being adapted, did not fully achieve its purpose due to limited access to the food kit baskets, this does not diminish the relevance of the program, as highlighted in the statements of the interviewees. It is also noted that a significant portion of the families participating in this research are in a state of FI (45,45%). The importance of the PNAE as a contributor to food supply and the promotion of FS within its redistributive perspective is affirmed, serving as an important means by which the State can promote the Human Right to Adequate Food (HRAF). In light of the discussion in this work, it is suggested to evaluate the construction of a policy focused on home-based nutrition, aiming to promote FS for the families of students, who, according to these findings, were more impacted by FI compared to children.

Keywords: National School Food Program. Food Security. Covid-19.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Marcos das políticas e alimentação e nutrição no Brasil .....	25
Figura 2 - Programa Nacional de Alimentação Escolar .....	32
Figura 3 - Estado e garantia de direitos .....	33
Figura 4.2 - Nuvem de palavras.....	57
Figura 5.3 - Frequência de respostas positivas da EBIA .....	76
Figura 6.3 - Distância dos domicílios e as categorias de estabelecimentos .....	79
Gráfico 1 - Periodicidade no acesso à cesta .....	55
Gráfico 2 - Consumo de feijão, arroz e carne durante e após recebimento da cesta .....	57
Gráfico 3 - Consumo de verduras, legumes e frutas.....	58
Gráfico 4.3 - Percentual de estabelecimentos por categoria.....	77

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Categorias da segurança/insegurança alimentar.....	74
Tabela 2 - Distâncias aproximadas por categoria.....	78

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CNAE	Campanha Nacional de Alimentação Escolar
CNME	Campanha Nacional de Merenda Escolar
CEASA	Centrais de Abastecimento
CEAMG	Centrais de Abastecimento de Minas Gerais, no CEASA na Grande BH
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DCNT	Doenças Crônicas Não Transmissíveis
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
FAE/MEC	Fundação de Assistência ao Estudante
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IA	Insegurança Alimentar
IPEA	Instituto de Política Econômica e Aplicada
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
INEP/MEC	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas e Educacionais Anísio Teixeira
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MP	Medida Provisória
MEC	Ministério da Educação
MS	Ministério da Saúde
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
FAO/ONU	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Panamericana da Saúde
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PLANSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
CCHIP	Projeto Comunitário de Identificação de Fome Infantil
PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
SA	Segurança Alimentar
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
HFSSM	USDA Core Food Security Survey Measure

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO GERAL</b> .....	14
<b>ARTIGO 1 – TRAJETÓRIA DO PNAE NO BRASIL: UM PROGRAMA NACIONAL PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E O PAPEL DO ESTADO NA PROMOÇÃO DA SAÚDE</b> .....	17
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	18
<b>2 PNAE EM PERSPECTIVA: UM PANORAMA GERAL DO PROGRAMA</b> .....	20
<b>2.1 Marcos e trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil</b> .....	20
<b>2.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar</b> .....	26
<b>2.3 O papel do Estado na garantia de direitos</b> .....	33
<b>3 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	37
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	39
<b>ARTIGO 2 – ABORDAGEM DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA (DHAA): AVALIAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DO PNAE PARA A ALIMENTAÇÃO DAS FAMÍLIAS NO PERÍODO PANDÊMICO</b> .....	44
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	45
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	47
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	51
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	53
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	60
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	61
<b>ARTIGO 3 – INSEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO INFANTIL: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA DE UM BAIRRO PERIFÉRICO DE VIÇOSA-MG</b> .....	65
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	66
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	67
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	74
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	75
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	80
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	80
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	85
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	87
<b>ANEXO 1 – ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR</b> .....	89

<b>ANEXO 2 – ESTADO NA GARANTIA DE DIREITOS .....</b>	<b>92</b>
<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>93</b>
<b>APÊNDICE B – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA .....</b>	<b>95</b>

## INTRODUÇÃO GERAL

A disseminação da COVID-19 desencadeou uma série de impactos, afetando tanto a economia quanto a sociedade. Dados da pesquisa PNAD COVID-19 revelam que, em novembro de 2020, Minas Gerais registrou uma alarmante taxa de desemprego de 12,5%. Nesse mesmo período, a média de renda mensal dos trabalhadores no estado foi de aproximadamente R\$1.902,00, conforme aponta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021).

A nível nacional, mais de 15 milhões de indivíduos optaram por não procurar emprego em decorrência da pandemia em 2020, enquanto cerca de 800 mil pessoas perderam suas fontes de renda no mesmo ano. Paralelamente, muitos que conseguiram manter seus empregos enfrentaram uma redução de 19,6% em seus ganhos (IBGE, 2021). Concomitantemente, observou-se uma escalada significativa nos preços dos alimentos. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apontou aumentos expressivos em 2021 para diversos produtos essenciais, tais como o óleo de soja (aumento de 104%), o arroz (76%), o leite Longa Vida (27%), o tomate (53%), as frutas (25%), a batata inglesa (68%), as carnes e os peixes (16%), dentre outros (Galindo *et al.*, 2021).

As instabilidades socioeconômicas do país foram, portanto, agravadas durante a pandemia da COVID-19, o que acabou por ampliar as desigualdades no acesso a alimentos saudáveis, tanto em termos de quantidade quanto de qualidade. Como resultado deste cenário, uma avaliação da Segurança Alimentar (SA) no Brasil durante a pandemia revelou que cerca de 59% das famílias brasileiras encontram-se em Insegurança Alimentar (IA). Além disso, uma parcela considerável dessas famílias viu-se obrigada a reduzir o consumo de alimentos essenciais (Galindo *et al.* 2021).

Nesse contexto, foram implementadas adaptações significativas nas políticas públicas, incluindo modificações no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Anteriormente, o programa fornecia refeições diretamente aos estudantes por meio da merenda escolar. Entretanto, com o fechamento das escolas durante a pandemia, a estratégia foi revista, e os alimentos passaram a ser distribuídos aos pais ou responsáveis dos alunos matriculados nas escolas públicas em todo o país (Brasil, 2009; Brasil, 2020a; Brasil, 2020b). Essa medida teve como objetivo garantir o "direito à alimentação de todos os estudantes atendidos nas escolas públicas, para a adequada implementação do PNAE neste período excepcional" (Brasil, 2020b).

Assim, considerando a importância do PNAE na promoção da SA dos estudantes das escolas públicas, e diante do agravamento das dificuldades alimentares da população brasileira durante a pandemia, esta pesquisa se propõe a responder à seguinte pergunta: em meio ao

cenário de vulnerabilidade social e econômica, qual é o impacto do PNAE na segurança alimentar das famílias dos estudantes da educação infantil da rede pública municipal de Viçosa-MG, no período de 2021 a 2023?

Esta pesquisa justifica-se pela urgência de compreender como as adaptações implementadas nas políticas públicas, avaliando sua efetividade neste período de crise. A relevância social deste estudo é evidente ao considerar o aumento alarmante da IA, evidenciado por dados nacionais que apontam para um aumento substancial nas taxas de desemprego e redução da renda média (IBGE, 2021; Rede Penssan., 2022). Destaca-se, também, a importância de preencher lacunas na literatura existente, ampliando o conhecimento sobre o impacto de programas alimentares durante uma crise sem precedentes, como a provocada pela pandemia da COVID-19, especialmente em contextos onde as vulnerabilidades socioeconômicas são acentuadas. Ao abordar essas questões, este estudo aspira a fornecer informações cruciais que não apenas irão enriquecer o corpo de conhecimento acadêmico, mas também poderão proporcionar implicações práticas para a reformulação de políticas e programas de alimentação.

Para viabilizar a coleta de dados, tendo em vista a restrição orçamentária e o prazo para a realização desta dissertação, optou-se por realizar um estudo de caso, o qual foi desenvolvido em uma escola pública localizada no bairro Santa Clara, em Viçosa-MG. A orientação para esta escola é embasada no estudo de Bastos et al. (2019), que aponta as disparidades presentes no bairro no qual está a referida instituição de ensino, caracterizadas famílias de baixa renda, acesso limitado à educação e serviços de saúde precários, além da vulnerabilidade familiar. Neste contexto, Arqque *et al.* (2021) ressaltam a relevância da alimentação escolar para crianças em situação de vulnerabilidade social e econômica, a qual contribui substancialmente para o desenvolvimento das mesmas. Diante do exposto, tem-se o respaldo para a realização da pesquisa na escola supracitada.

É importante destacar que este estudo considerou como período para a avaliação do PNAE na pandemia o ano de 2021, haja vista que a lei que flexibilizou sua aplicabilidade foi sancionada 1 ano antes. Entendendo a necessidade de um período para a adaptação ao novo formato, tomou-se de base o ano de 2021. Ademais, a pesquisa contou com a participação de 33 famílias, as quais referem-se aos estudantes que, no ano de 2021, tinham até cinco anos de idade. A escolha desta faixa etária se deu, primordialmente, em função da primeira infância, momento no qual se tem um alto índice de desenvolvimento infantil, sendo a alimentação essencial neste período (Shonkoff, Phillips, 2000).

A pergunta aqui disposta pode ser desdobrada em alguns objetivos: em termos gerais, buscou-se compreender o impacto do PNAE para a promoção da SA. Para tanto, em específico, objetivou-se (1) elucidar o panorama geral acerca do desenvolvimento do PNAE, trazendo a trajetória do programa no país; (2) avaliar a contribuição do PNAE para a alimentação das famílias dos estudantes assistidos pelo programa durante o período de pandemia; (3) e avaliar o índice de IA das famílias dos estudantes assistidos pelo PNAE.

Visando responder à pergunta desta pesquisa e, conseqüentemente, aos seus objetivos, o presente trabalho foi dividido em três artigos, referente a cada objetivo específico aqui colocado. Com isso, oportuniza-se responder ao objetivo geral e, por conseguinte, à pergunta norteadora. Diante do exposto, para além desta introdução geral, o trabalho conta com os três artigos, seguidos das considerações finais desta dissertação, suas referências bibliográficas, seus anexos e apêndices.

## **ARTIGO 1 – TRAJETÓRIA DO PNAE NO BRASIL: UM PROGRAMA NACIONAL PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E O PAPEL DO ESTADO NA PROMOÇÃO DA SAÚDE**

**Resumo:** Este trabalho situa o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), caracterizado enquanto um programa brasileiro, a nível nacional, de apoio à agricultura familiar, a partir de uma perspectiva sustentável do desenvolvimento, focado na alimentação dos estudantes da rede pública. A presente pesquisa teve por objetivo abordar o panorama geral do desenvolvimento do PNAE, elucidando os principais momentos que marcaram a trajetória deste programa e seus desdobramentos para a segurança alimentar. Para tanto, três tópicos foram elaborados. O primeiro buscou trazer uma contextualização de como se deu o processo de desenvolvimento das políticas de alimentação e nutrição no Brasil, trazendo os principais marcos e como o debate da Segurança Alimentar impactou essa discussão. Posteriormente é feito um recorte do PNAE, enquanto um programa resultante dessa construção histórica das políticas de alimentação, trazendo seus marcos, principais mudanças e as repercussões das mesmas na implementação do programa e, conseqüentemente, para os atores envolvidos: os estudantes e agricultores familiares. Por fim, com vistas ao respaldo empírico da discussão do texto, considerando a relevância do Estado na promoção da saúde e garantia dos direitos básicos, abordou-se preliminarmente a temática, através da apreciação das funções do Estado e como convergem com o debate do PNAE e da SA. Foi possível aferir com tal discussão que o PNAE foi resultante de uma série de proposições no decorrer de décadas, no que tange o debate sobre o mínimo necessário à manutenção da vida, tendo seu foco pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que ratifica sua relevância enquanto um programa com bases redistributivas para o fomento da promoção da SA e dos direitos básicos.

**Palavras-chave:** Programa Nacional de Alimentação Escolar. Segurança Alimentar. Função do Estado.

**Abstract:** This work situates the National School Feeding Program (PNAE), characterized as a Brazilian policy, at national level, to support family farming, from a sustainable development perspective, focused on feeding public school students. The present research aimed to address the general panorama of the development of the PNAE, elucidating the main moments that marked the trajectory of this policy and its consequences for food security. To this end, three topics were developed. The first sought to provide a contextualization of how the process of

developing food and nutrition policies in Brazil took place, bringing the main milestones and how the Food Security debate impacted this discussion. Subsequently, a section of the PNAE is made, as a program resulting from this historical construction of food policies, bringing its milestones, main changes and their repercussions on the implementation of the program and, consequently, for the actors involved: students and family farmers. Finally, with a view to providing empirical support for the discussion of the text, considering the relevance of the State in promoting health and guaranteeing basic rights, the topic was preliminarily addressed, through the assessment of the functions of the State and how they converge with the PNAE debate and SA. It was possible to assess with this discussion that the PNAE was the result of a series of propositions over the course of decades, regarding the debate on the minimum necessary to maintain life, focusing on people in situations of socioeconomic vulnerability, which confirms its relevance as a program with redistributive bases to promote the promotion of SA and basic rights.

**Keywords:** National School Feeding Program. Food Safety. Function of the State.

## 1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tem como objetivo “contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo”. Atualmente, sua abrangência contempla todo o ensino básico público, compreendendo a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio, o ensino voltado aos jovens e adultos, e o ensino voltado ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), não apenas nas áreas urbanas e rurais, mas também nas áreas quilombolas e indígenas (Brasil, 2009; Brasil, 2013; Brasil, 2018).

Para cumprir com sua proposta, o programa se desdobra em três grandes áreas: saúde, educação e agricultura familiar. Seus primórdios podem ser identificados nesta última, considerando que o caminho histórico até o PNAE mostra uma série de programas e políticas desenhados em prol da agricultura familiar, perante o entendimento de que parte significativa da população com dificuldade no acesso à alimentação era composta de agricultores familiares, sendo necessário atuar no fomento da produção e da elevação da renda dos mesmos (Camargo *et al.*, 2013). Outro pilar importante de se destacar é da educação, a qual tornou-se foco perante

a compreensão da relevância da alimentação para a saúde e para o pleno desenvolvimento do ser humano, momento no qual ganha destaque a discussão em torno da Segurança Alimentar (SA) (Rossetti *et al.*, 2016; Carlini; Senra, 2021). Ao tratar da SA, é indispensável destacar o amadurecimento deste debate, antes direcionado à produção e fornecimento de alimentos, agora compreendido sobre diversas frentes, englobando as distintas dimensões contemplantes do sistema alimentar e das condições de vida. Quando se direciona este debate ao PNAE, faz-se notória sua significância no que tange o provento da alimentação dos estudantes da rede pública, considerando a diversidade cultural da alimentação no país, as diferenças socioeconômicas e o fornecimento da alimentação necessária ao desenvolvimento humano e perpetuação da vida (Vasconcelos; Moura, 2018).

É diante deste cenário e da multidimensionalidade do PNAE que se ratifica sua expressividade. Atualmente, no que tange a alimentação, o programa é considerado um dos maiores do mundo, haja vista sua abrangência e perpetuação, sendo o responsável por garantir o acesso a uma alimentação de qualidade para até 50% das crianças em idade escolar, em algumas regiões do Brasil (Bocchi *et al.*, 2019; Monteiro, 2006; Silva, 2021). Pode-se aferir tais proposição não apenas pelos motivos já citados, mas também pelo seu impacto no que concerne sua contribuição para a superação do baixo rendimento e na redução da evasão escolar, promovendo o acesso à alimentos necessários ao crescimento e ao aprendizado dos estudantes, considerando a realidade e cultura alimentar (Real; Schneider, 2011).

Destarte, através do programa se tem uma atuação que possibilita o acesso da população em situação de vulnerabilidade a uma alimentação de qualidade, pautada no consumo de alimentos mais *in natura* e menos processados. Se ponderada a conjuntura de vida dos assistidos pelo programa, marcada pelo baixo acesso a uma alimentação adequada e alto consumo de processados e *fast-foods*, fica evidenciada a relevância do PNAE na promoção da saúde e garantia de direitos básicos (Maluf, 1999; Real; Schneider, 2011).

É diante da magnitude de tal programa, entendendo sua importância para a agricultura familiar, para a promoção da saúde e da educação, é que se concerne o presente trabalho, que visa abordar o panorama geral do desenvolvimento do PNAE e elucidar os principais momentos que marcaram a trajetória desta política e seus desdobramentos para a SA, por meio de uma revisão narrativa. Para tanto, o material foi organizado em três tópicos, além desta introdução: (1) PNAE em perspectiva: um panorama geral do programa; (2) Considerações finais; e (3) Referências. Vale ressaltar que a argumentação que se segue possui subtópicos, a fim de facilitar a compreensão do leitor, a saber: (1) marcos e trajetória das políticas de alimentação e

nutrição no Brasil; (2) a Política Nacional de Alimentação Escolar; e (3) o papel do Estado na garantia de direitos.

## **2 PNAE EM PERSPECTIVA: UM PANORAMA GERAL DO PROGRAMA**

### **2.1 Marcos e trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil**

O debate em prol da alimentação e nutrição no país foi iniciado no ano de 1933, e teve como figura central o Josué de Castro, médico e geógrafo responsável pela elaboração de um inquérito acerca das condições de vida dos trabalhadores da classe operária no Brasil (Arruda; Arruda, 2007). Esse inquérito foi de tamanha relevância que culminou no livro *Geografia da Fome*, utilizado para balizar a institucionalização do salário mínimo e elaboração da primeira cesta básica no território nacional, em 1940 (Batista-Filho, 2021).

Tais ações são reflexo da identificação do mínimo necessário à vitalidade do ser humano, possibilitada pela discussão encabeçada por Castro em 1933, momento em que a fome passou a ser compreendida enquanto problema social (Blanco, 2022). A partir disso foram postuladas estratégias visando à promoção de condições básicas de sobrevivência aos trabalhadores, dentre elas a salvaguarda de um salário mínimo para garantia da manutenção da vida, bem como da cesta básica com a mesma finalidade (Arruda; Arruda, 2007; Batista-Filho, 2021; Blanco, 2022). Em 1940, foi criado também o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), com objetivo de fomentar uma alimentação balanceada aos trabalhadores e suas famílias, através da oferta de alimentos a preços acessíveis e atividades de promoção à alimentação adequada (Arruda; Arruda, 2007). Contudo, o serviço foi dissolvido em 1967. Ainda na década de 40 outras iniciativas foram postuladas, como a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), em 1945, a qual teve papel central na elaboração da Política Nacional de Alimentação em 1951 (Arruda; Arruda, 2007).

Em meados da década de 70 houve um movimento maior no que tange a discussão da nutrição enquanto meio de desenvolvimento. Neste decurso, foi constatada a necessidade de trabalhar a alimentação de forma integrada, haja vista o entendimento da fome enquanto problema com diversas frentes, que deveria envolver uma diversidade de setores (Arruda; Arruda, 2007). Perante essa noção, diversas ações foram tomadas no sentido de controle da fome no país, dentre elas destaca-se a realização da III Reunião Especial dos Ministérios de Saúde das Américas, que trouxe ao debate a necessidade de postular alterações na elaboração e

execução políticas públicas, o que impulsionou a criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) em 1972, e o conseqüente encerramento da CNA (Arruda; Arruda, 2007).

O INAN foi de suma relevância a uma série de medidas tomadas a partir de sua criação, como na frente para a elaboração do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), o qual em sua primeira versão contou com 12 subprogramas, que abarcaram uma diversidade de setores do governo, atendendo a nova demanda identificada: a necessidade de trabalhar a fome em uma perspectiva global e não de forma setorial, apenas por meio da saúde e da agricultura (Arruda; Arruda, 2007). Em 1976, resultante da parceria entre o INAN e o Instituto de Política Econômica e Aplicada (IPEA), estabeleceu-se o II PRONAN, o qual teve como prioridade a região do nordeste (Arruda; Arruda, 2007).

Como resultado do II PRONAN, foi possível consolidar uma série de programas, dentre eles o PNAE, foco do presente trabalho, que será melhor abordado no tópico seguinte. Para o presente momento, basta destacar que os diversos programas firmados com bases nas diretrizes do II PRONAN buscaram a efetividade nos resultados, focando em ações e estratégias adequadas ao combate da fome e da desnutrição no país (Arruda; Arruda, 2007). Evidência disso foi o fomento da agricultura familiar para a promoção destes agricultores e de circuitos curtos de comercialização, propiciando maior acesso à população local à alimentos frescos e nutritivos (Arruda; Arruda, 2007).

Apesar dos aspectos positivos decorridos do II PRONAN, como a busca efetiva por resultados, na década de 80 houve um enfraquecimento do programa. Esse enfraquecimento teve início com a não aprovação do III PRONAN, o que fez com que o II PRONAN seguisse com suas atividades, mesmo após chegado o prazo de seu encerramento. Entretanto, esse segmento se deu com significativa perda de sua relevância e, como consequência, diversos programas sofreram alterações, culminando no encerramento de muitos no início da década de 90. Essa sequência de perdas no decorrer da década levou à extinção do INAN em 1997 (Arruda; Arruda, 2007; Batista-Filho, 2021).

Neste período, compreendido entre a década de 80 e início dos anos 2000, vale ressaltar a iminência de mudanças no que tange o padrão nutricional da população brasileira. Dados da Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição demonstraram que na população adulta um novo problema começou a se manifestar: a obesidade. Paralelamente, a pesquisa demonstrou que nas crianças e nos adolescentes a prevalência ainda era a desnutrição. Apesar disto, a evidência de um novo padrão na população adulta já asseverava um alerta e a necessidade do enfrentamento do novo problema (INAN, 1990). Contudo, frente às perdas no que tange às políticas e ações voltadas à nutrição e alimentação no país supracitadas, o que se tem é a omissão do Estado e,

consequentemente, o agravamento da situação. Resultante desta realidade, não demorou muito para que o cenário do sobrepeso e da obesidade começasse a se manifestar também nas crianças e nos adolescentes. Já em 1989 existiam no país cerca de um milhão e meio de crianças com obesidade (Escrivão *et al.*, 2000).

Neste período, é importante destacar a figura de Herbert de Souza, conhecido como Betinho, que atuou ao longo de várias décadas, mas ficou especialmente conhecido por sua atuação na década de 1990. Ele foi um dos fundadores da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, lançada em 1993. Betinho dedicou seus esforços na luta contra a fome e na promoção da cidadania até sua morte em 1997. Durante esse período, ele desempenhou um papel fundamental na conscientização e mobilização da sociedade brasileira para enfrentar a questão da fome no país (Lustosa; Peiter, 2020).

Um retorno do esforço no que concerne à alimentação e nutrição no país é notado, a partir de 1999, momento no qual foi aprovada a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), visando a garantia do direito à alimentação. Já no início dos anos 2000, com a troca de governo em 2003, a temática em torno da SA ganha destaque, culminando na aprovação do Programa Fome Zero e reativação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), criado em 1993, com forte influência de Bentinho, e desativado em 1995, frente a perda do foco político na alimentação (Arruda; Arruda, 2007; Lustosa; Peiter, 2020; Blanco, 2022). Com o foco na SA, como desdobramento do Programa Fome Zero, surge o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), institucionalizado por meio do art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, com dois principais propósitos: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar (Grisa; Schneider, 2015). Ademais, em 2006 foi estabelecido o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), por intermédio da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) (BRASIL, 2006; Machado *et al.*, 2018). Em 2010 outros marcos importantes são observados, como o estabelecimento, via Constituição Federal, do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), bem como a instituição da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) (Bocchi *et al.*, 2019). Como resultado desse processo, em 2014 houve a saída do Brasil do mapa da fome (FAO, 2014a, FAO, 2014b; Blanco, 2022).

Conforme é possível verificar no debate acima, foi a partir da primeira década dos anos 2000 que se teve uma atuação governamental frente à realidade da mudança no padrão alimentar e transição nutricional. É neste contexto que Blanco (2022) traz sua reflexão, que permite associar essa atuação governamental à mudança no “padrão da fome”, frente a transição nutricional. É importante destacar que a fome antes era tida como uma questão atrelada ao meio

rural, principalmente à agricultura familiar, e que passa a ser um problema também no meio urbano a partir do momento que tem-se o êxodo rural, entre 1970 e 1980. Antes dessa mudança, a fome estava atrelada à extrema pobreza, que impossibilitava o acesso à compra de alimentos, levando à desnutrição. A partir dos anos 2000, com o enfoque na SA das diretrizes do novo governo e os programas provenientes disso, como o Fome Zero e o PAA, há uma mudança nessa referência da fome, a qual passa a abranger outras questões: o sobrepeso e a obesidade, principalmente pelo fácil acesso à produtos processados e ultraprocessados (Real; Schneider, 2011; Silva *et al.*, 2019; Blanco, 2022).

Com isso, evidencia-se que a fome, na verdade, nunca deixou de existir no país, mas sim mudou a roupagem por meio das transformações que sofreu no decorrer dos anos (Blanco, 2022). Esse debate se faz relevante dentro da discussão dos marcos e das trajetórias das políticas de alimentação e nutrição no país para melhor compreensão dos impactos tidos a partir de 2016, no governo de Michel Temer, período no qual teve-se um agravamento do quadro da fome, reforçando a situação de Insegurança Alimentar (IA) (Bezerra *et al.*, 2020; Blanco, 2022). Esse resultado é atrelado às mudanças operacionalizadas pelo referido governo, como o congelamento das verbas voltadas à saúde e à educação pelo período de 20 anos, bem como o fim do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), órgão fomentador das iniciativas da agricultura familiar e agroecológicas, o que levou, dentre outros aspectos, ao embargo de recursos destinados à agricultura familiar, conforme assegurado no plano de campanha de 2016 a 2017 (Pinton; Yanick, 2019; Borsatto *et al.*, 2022).

Mesmo frente a este cenário, alguns planos e ações seguiram ativos, como o PNSAN, que teve sua segunda versão elaborada para o quadriênio de 2016 a 2019, o que possibilitou a execução de mais de 120 políticas, programas e metas de 14 ministérios (Bocchi *et al.*, 2019). O governo consecutivo ao de Michel Temer, exercido de 2019 a 2022, também foi marcado pelo descompromisso com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), relevante ao incentivo às iniciativas da Agricultura Familiar e, conseqüentemente, ao fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização e facilitação ao acesso da população à alimentos frescos e in natura (Niederle *et al.*, 2019). Ademais, foi um período delineado por crises sociais e econômicas, as quais foram ainda mais agravadas pela pandemia da COVID-19 (Galindo *et al.*, 2021; IBGE, 2021). O que se nota, no que tange as diretrizes e políticas de alimentação e nutrição, é a tendência ao retrocesso, operacionalizado em diversas frentes, como por meio da extinção do CONSEA, da inatividade da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), da não efetivação da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da não

elaboração do III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) (Alpino *et al.*, 2020; Batista-Filho, 2021). Vale colocar que tais órgãos e planos são essenciais à promoção da SA, tendo em vista o papel destes no impulsionamento do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), sendo a ausência dos mesmos prejudiciais tanto para a proposição de atuações em favor da alimentação e nutrição adequadas, quanto para o monitoramento das ações já em curso (Castro, 2019). Tem-se, portanto, um cenário alarmante no que tange a SA, principalmente em função do desmantelamento de políticas nos últimos anos, e o agravamento dessa situação pela crise econômica e social sofrida no período da pandemia, nas palavras de Alpino *et al.* (2020):

É importante salientar que a pandemia e o isolamento social atingem diferentemente os indivíduos, afetando distintos determinantes da segurança alimentar e nutricional. Uma questão que pode favorecer a insegurança alimentar e nutricional é o maior consumo de ultraprocessados, por exemplo, em função da dificuldade de acesso a alimentos, pela falta de habilidades culinárias ou ainda pela desigual divisão sexual do trabalho doméstico, afetando mulheres que, diante de um novo cenário de atribuições, podem se ver dependentes de tais produtos (Alpino *et al.*, 2020, p. 9).

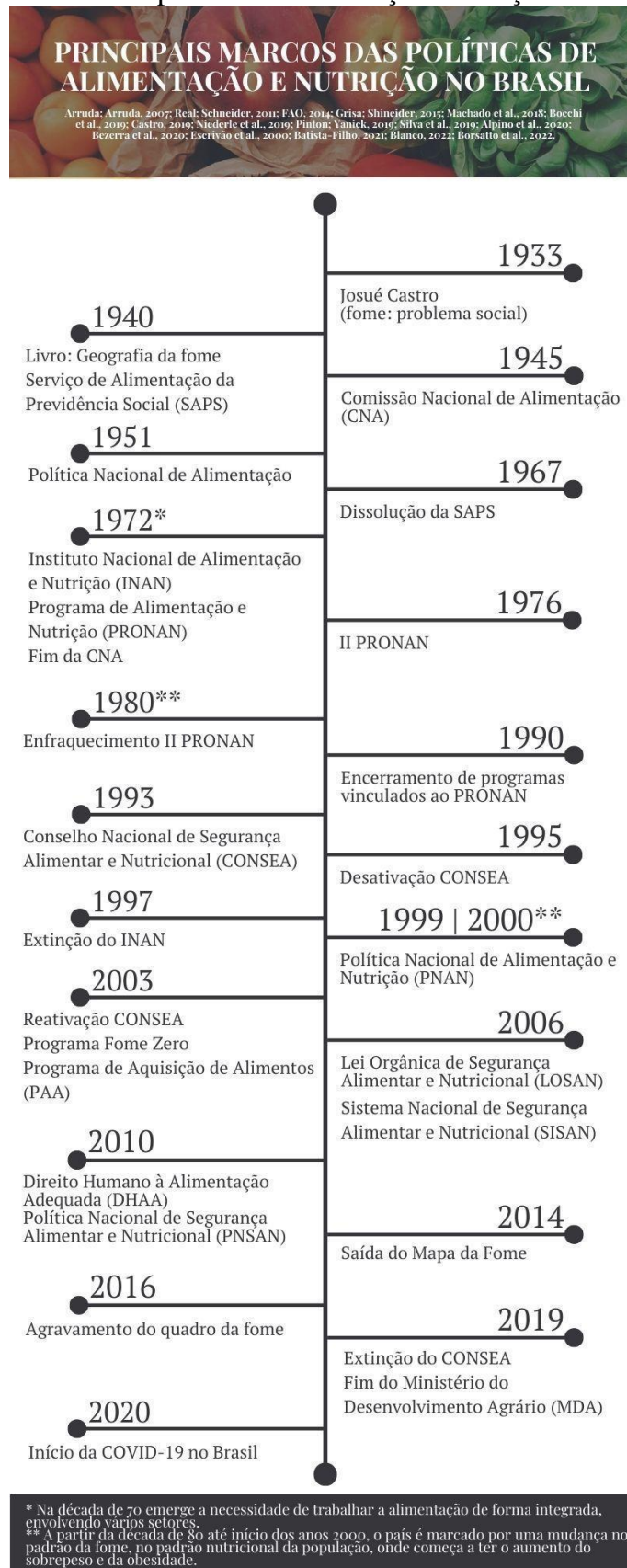
Resultante do cenário acima explicitado, teve-se o aumento da pobreza e da desnutrição, bem como o comprometimento da SA. É perante essa conjuntura que se tem a importância de avaliar as políticas voltadas à SA, haja vista a influência do papel do Estado na garantia e na manutenção dos direitos básicos, conforme previsto na Constituição Federal (Brasil, 1988). Nesse contexto do Estado enquanto garantidor de direitos básicos, incluindo a SA, conforme prevê o DHAA, tem-se que, de acordo com as colocações dispostas no trabalho de Bocchi *et al.* (2019):

os programas de compras públicas implementados no Brasil funcionam para promover o acesso da população à alimentação adequada e saudável. Esses programas constituem políticas públicas cujo objetivo é incentivar a produção, a comercialização e o acesso a uma alimentação saudável em nível local (Bocchi *et al.*, 2019, p. 2).

É nessa conjuntura que entra o PNAE, o qual constitui um dos principais instrumentos do Estado para obtenção de alimentos via agricultura familiar no país, possibilitando o acesso a alimentos de qualidade às crianças em todo território nacional, contribuindo com o DHAA (Bocchi *et al.*, 2019). Dado sua relevância no que tange os marcos e trajetórias das políticas de alimentação e nutrição no país, é imprescindível discorrer sobre a trajetória desta política, foco do tópico a seguir.

Sumarizando a discussão aqui posta, a figura a seguir traz em uma linha do tempo, os principais marcos históricos no que concerne às políticas de alimentação e nutrição no país.

Figura 1 - Marcos das políticas e alimentação e nutrição no Brasil



Fonte: elaboração própria.

## 2.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar

O PNAE é um programa voltado ao provisãoamento da alimentação aos estudantes de instituições públicas de ensino básico (Brasil, 2018). Seu principal objetivo é possibilitar uma alimentação equilibrada aos estudantes no período escolar, estando estritamente alinhado com o DHAA e com a SA (Carlini; Senra, 2021). Com isso, o programa promove, além da alimentação adequada, a diminuição do índice de evasão escolar, bem como o desenvolvimento local, com bases sustentáveis, que favorecem os circuitos curtos de alimentação e a agricultura familiar (Rossetti *et al.*, 2016; Carlini; Senra, 2021).

O PNAE contempla todo o ensino básico público, desde a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio, o ensino voltado aos jovens e adultos, até o ensino voltado ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). Sua abrangência compreende as áreas urbanas, rurais e quilombolas/indígenas (Brasil, 2009; Brasil, 2013; Brasil, 2018). É importante destacar que para se beneficiar do programa, as escolas devem estar devidamente cadastradas no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas e Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC) (Ferreira *et al.*, 2019).

No que concerne ao percurso, o PNAE tem sua origem pautada na trajetória em torno das políticas de alimentação e nutrição no Brasil, considerado, atualmente, o maior programa para alimentação escolar. Ademais, no que tange aos agricultores familiares, o programa funciona como forte fomentador, haja vista contribuir com a geração de emprego e de renda, além de viabilizar o acesso direto ao mercado por parte dos agricultores, eliminando a figura do atravessador (Fernandes; Kessler, 2019). Sua origem se deu na década de 1940, frente a proposta de que o Governo Federal pudesse oferecer alimentação escolar. Porém, por falta de recursos financeiros, o mesmo só teve seu início de maneira efetiva em 1950, quando foi estruturado um programa de merenda escolar em âmbito nacional, sob a responsabilidade pública e de forma centralizada (Ferreira *et al.*, 2019; Machado *et al.*, 2021). Na época, era realizado um planejamento geral dos cardápios, sendo que os gêneros alimentícios eram adquiridos por licitação, e realizava-se a sua distribuição em todo o território nacional (Ferreira *et al.*, 2019).

Nos anos de 1955 e 1956, foram assinados decretos que instituíram a Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), subordinado ao Ministério da Educação, tendo como intenção promover um atendimento em âmbito nacional (Brasil, 1955; Ferreira *et al.*, 2019; Machado *et al.*, 2021). Em 1965, houve uma alteração do nome da campanha para a Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), onde surgiu um grande número de programas

financiados pelos Estados Unidos e pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU). No ano de 1976, ocorreu uma nova mudança no programa e o mesmo foi denominado como Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PNAE (Ferreira *et al.*, 2019).

Até 1994, o PNAE usufruiu de um modelo centralizado, por meio do qual a aquisição alimentar era realizada através da compra de alimentos industrializados de um conjunto de empresas selecionadas, via licitação pública, e distribuídos para a toda a nação (Real; Schneider, 2011). Esse modelo apresentava diversos problemas, como a distância entre fornecedores e consumidores, dificultado o acesso a alimentos frescos e de qualidade; o fato de serem produtos altamente processados e pouco nutritivos; além de que nem sempre condiziam com a cultura alimentar dos estudantes (Real; Schneider, 2011). A partir de 1994, por meio da Lei nº 8.913, promulgou-se uma gestão descentralizada da alimentação escolar, oportunizando menores custos de logística e distribuição dos produtos, colocando sobre os municípios a responsabilidade da gestão da alimentação escolar (Peixinho, 2013).

Em 1955 foi assinado o decreto nº 37.106, que implementou no Brasil a Campanha de Merenda Escolar, subordinada ao Ministério da Educação (MEC). A Fundação de Assistência ao Estudante (FAE/MEC) foi responsável pelo gerenciamento do programa de 1983 até 1997, quando foi extinta e suas funções assumidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal vinculada ao MEC, que tem como função prestar assistência financeira à projetos e programas da educação básica das escolas públicas (Chaves *et al.*, 2013).

Outro marco regulatório relevante foi a Medida Provisória (MP) nº 2.178, de 2001, por meio da qual estabeleceu-se a obrigação do uso de pelo menos 70% do recurso para compra de alimentos regionais (Real; Schneider, 2011). Em seguida, no ano de 2009, por meio da Lei 11.947, o PNAE foi universalizado para toda educação básica, além de prever o apoio ao desenvolvimento pautado em bases sustentáveis. Nesse momento é definido também o percentual mínimo de 30% da compra de produtos provindos da agricultura familiar (Brasil, 2009).

É importante destacar nessa discussão a relação do PNAE com o debate em torno da SA, bem como o fato de sua institucionalização possuir raízes no Programa Fome Zero e no PAA. É possível observar na literatura que os referidos programas são tidos como um marco na trajetória das políticas públicas no país, sendo centrais para a promoção da SA e valorização da agricultura familiar. Ambos subsidiaram o PNAE, o qual se institucionaliza frente a um novo

direcionamento do Estado no que concerne a nutrição e a produção de alimentos, evidenciando sua atuação enquanto uma política estruturada e com bases sólidas (Grisa; Schneider, 2015).

Como resultado da consolidação do programa, é possível verificar sua continuidade no tempo, mesmo que mediante alterações em sua aplicação. Mais recentemente, em abril de 2020, o PNAE passou por uma mudança, através da Lei nº 13.987, que alterou a Lei 11.947 de 2009. A principal modificação foi a autorização para o repasse dos alimentos adquiridos pelo programa via cestas disponibilizadas às famílias dos estudantes no lugar das refeições realizadas nas escolas (Brasil, 2020a). A razão para essa transformação foi a pandemia causada pela COVID-19, que levou o país ao estado de calamidade pública e emergência de saúde pública, o que culminou, em março de 2020, na portaria do Ministério da Saúde (MS) de nº 356, por meio da qual foi recomendado medidas de isolamento social e quarentena, levando à suspensão das aulas (Brasil, 2020b). Nesse contexto pandêmico, aproximadamente 42 milhões de estudantes da rede pública foram impactados, o que afetou diretamente na qualidade da alimentação dessas pessoas, haja vista que muitos desses estudantes têm acesso à alimentação de qualidade apenas no ambiente escolar (Humberto da Silva et al., 2020). Com isso, as mudanças propostas à implementação do PNAE na pandemia tiveram como intento a garantia da continuidade da política e o acesso à alimentos nutritivos por parte dos estudantes, mesmo perante o fechamento das instituições de ensino (Brasil, 2020b).

Para operacionalização do programa nesse formato de distribuição de cestas, a orientação foi que a incumbência da montagem do kit para compor a cesta ficasse sob responsabilidade do profissional da nutrição, visando a variedade dos mantimentos e a garantia da disponibilização de alimentos nutritivos (Brasil, 2020b). Ficou, portanto, à cargo do profissional da nutrição (1) verificar o estoque, visando a priorização do despacho de alimentos mais próximos da data de vencimento; (2) realizar o planejamento das refeições a serem abrangidas com o kit, visando possibilitar ao estudante uma alimentação próxima a que teria no ambiente escolar; (3) verificar a qualidade nutricional dos itens a serem distribuídos, dando preferência aos *in natura* e minimamente processados; (4) definir a quantidade de alimentos a serem destinados aos estudantes de acordo com a faixa etária do mesmo, a quantidade de refeições que seriam realizadas no ambiente escolar, e o número de dias a serem atendidos com o kit; (5) aprovisionar, dentro das possibilidades, frutas e verduras semanalmente, priorizando aqueles com maior durabilidade; (6) respeitar os hábitos alimentares locais, priorizando a oferta de alimentos de acordo com a cultura local; (7) atentar às necessidades alimentares especiais que algum estudante possa possuir; (8) certificar a qualidade sanitária dos alimentos durante o recebimento e armazenamento dos mesmos, bem como a verificação das embalagens e

temperatura (caso haja alimentos congelados e/ou refrigerados); (9) responsabilidade sobre a distribuição dos kits no que tange a formulação do cronograma, indicação do local de distribuição e da equipe que irá atuar na distribuição; (10) além de possibilitar e viabilizar a participação dos conselheiros de alimentação em todo o processo de formação e distribuição das cestas (Brasil, 2020b).

Para além das diretrizes para operacionalização do programa no que tange a disponibilização dos alimentos aos estudantes, o manual com as orientações para execução do PNAE, na pandemia, dispôs algumas questões no que concerne aos agricultores familiares. À exemplo, o documento dispôs sobre a imprescindibilidade da manutenção da compra de no mínimo 30% da agricultura familiar, seguindo as determinações do art. 14 da Lei 11.947 de 2009 (Brasil, 2020b). Para além, foi previsto os direcionamentos quanto aos contratos que se encontravam em vigência no momento da aprovação da Lei nº 13.987 de 2020. Nesse sentido, foi colocada a possibilidade de negociação coordenada pelos gestores municipais junto aos agricultores familiares, com a possibilidade de adquirir produtos perecíveis apenas no retorno das aulas presenciais, desde que: (1) essa decisão coubesse apenas àqueles alimentos impossíveis de serem estocados e distribuídos; (2) salvaguardado, dentro das possibilidades, a aquisição semanal dos alimentos altamente perecíveis, como aqueles *in natura*; e (3) compreendo que o calendário produtivo dos agricultores já se encontrava organizado visando atender às chamadas públicas, e que “diante da atual conjuntura, uma possível suspensão da entrega de determinados gêneros pode inviabilizar sua produção futura e trazer prejuízo às famílias envolvidas” (Brasil, 2020b, p. 18). Por fim, outra flexibilização advinda da necessidade de distanciamento em função da pandemia, foi a permissão para a realização de novas chamadas públicas totalmente via meios eletrônicos (Brasil, 2020b).

Na prática, nota-se que a aplicação do PNAE na pandemia foi um aliado na promoção da SA, principalmente em vistas do cenário social e econômico no período, onde houve um agravamento no que tange, principalmente, o sistema de saúde, as condições de trabalho e a renda das famílias brasileiras, impactando diretamente no acesso à alimentação das mesmas (Humberto da Silva et al., 2020). Nesse sentido, a operacionalização do PNAE por meio da distribuição das cestas com os kits alimentares possibilitou o acesso à alimentos *in natura* e minimamente processados (Freitas, 2022). Ressalta-se a importância da política pública frente a possibilidade do repasse dos alimentos, antes usados na merenda escolar, para os responsáveis da criança, garantindo minimamente o DHAA na pandemia, o que possibilitou o êxito do programa durante o isolamento social perante a utilização de mecanismos de promoção da SA já existentes, como por exemplo os “canais de compras institucionais consolidados e a organização dos agricultores

familiares por meio do cooperativismo” (Humberto da Silva et al., 2020. p. 32; Alpino *et al.*, 2020).

Estes desfechos evidenciam a relevância do PNAE na promoção da SA e do DHAA, haja vista ser viabilizado, por meio da política, o acesso a uma alimentação adequada, focada em alimentos minimamente processados e *in natura*, de origem local e da agricultura familiar (Libermann; Bertolini, 2015; Humberto da Silva et al., 2020; Alpino *et al.*, 2020). Tal relevância é maximizada se avaliado o público ao qual se destina: estudantes da rede pública, na sua maioria em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que destaca ainda mais a importância do PNAE enquanto fomentador da promoção da SA (Silva *et al.*, 2019; Freitas, 2022).

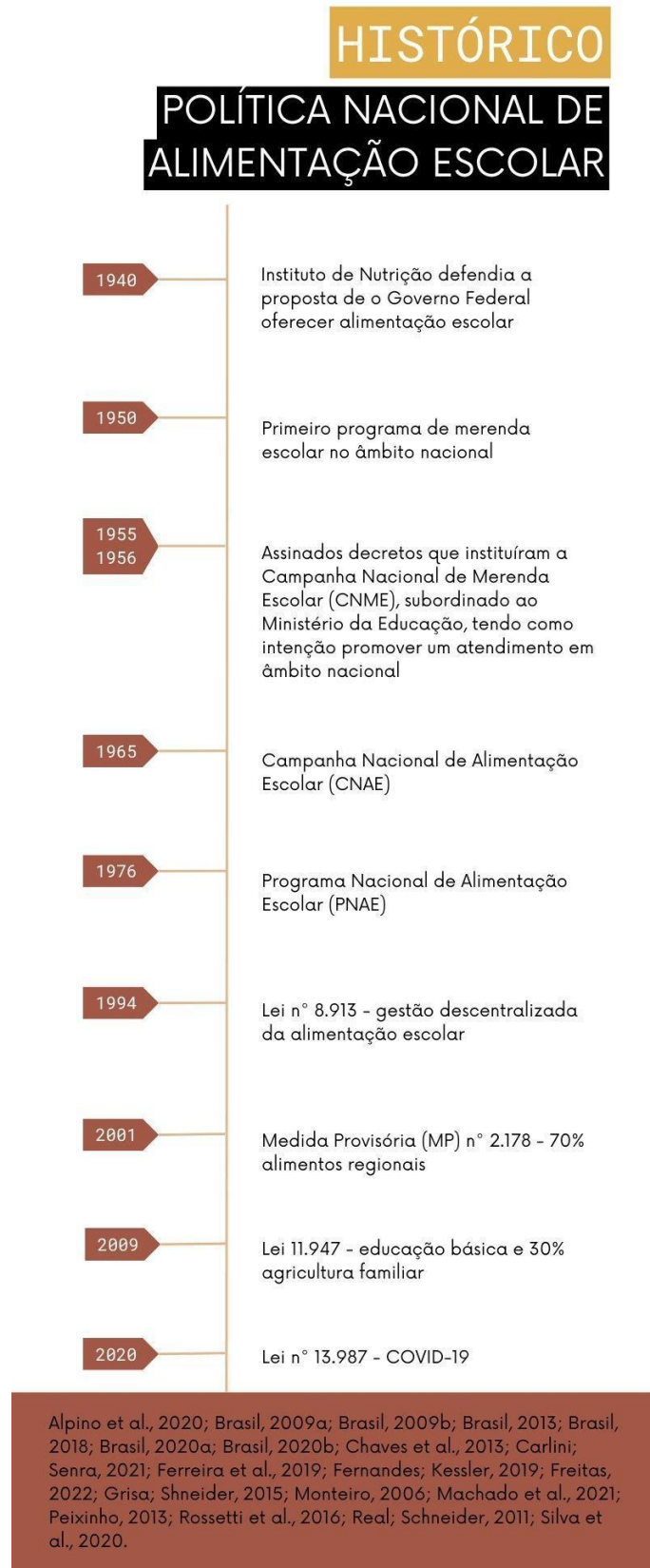
Fica abalizado, por meio da trajetória do PNAE, o qual se desenvolveu no decorrer de décadas, que sua proposição está alicerçada enquanto uma política de Estado, haja vista que o programa transcende a esfera de um governo específico. A institucionalização do PNAE implica uma integração sistemática ao arcabouço político e administrativo da nação, independente do partido ou governo vigente. Este caráter de política de estado confere ao programa uma estabilidade que não está sujeita às vicissitudes das mudanças governamentais. Ao ser respaldado por legislações e regulamentações, o PNAE adquire uma base legal sólida, assegurando sua continuidade ao longo do tempo e promovendo a consecução de objetivos a longo prazo, como aprimorar a qualidade da alimentação escolar. Essa característica é fundamental para garantir a perpetuidade do programa, independentemente das flutuações políticas de curto prazo. Sua estrutura foi institucionalizada no perpassar dos anos, transpondo mudanças até chegar ao seu formato atual, estando assegurada em programas consolidados, como o Fome Zero e o PAA, o que reitera seu impacto, durabilidade e relevância (Real; Schneider, 2011; Grisa; Shineider, 2015).

O PNAE, ao ser estabelecido como uma política de estado, assume a responsabilidade contínua do governo em promover e assegurar a oferta de alimentação de qualidade nas escolas. Essa iniciativa não é apenas uma resposta momentânea a necessidades imediatas, mas uma manifestação concreta do compromisso do Estado em cumprir seu papel como guardião dos direitos fundamentais, incluindo o DHAA. Assim, a relação entre o PNAE e o papel do Estado como garantidor do DHAA reside na concretização prática do compromisso do governo em assegurar que a alimentação adequada seja um direito acessível a todos, em especial às crianças, promovendo a igualdade e contribuindo para o pleno desenvolvimento humano. Diante do exposto, evidencia-se a importância do Estado enquanto garantidor de direitos, sendo

fundamental à discussão do presente texto o debruço na temática, foco da argumentação que se segue.

Antes de adentrar nesse debate, visando elucidar os principais marcos do PNAE no país, a figura a seguir ilustra a discussão deste tópico ao trazer a trajetória do programa por meio de uma linha do tempo:

Figura 2 - Programa Nacional de Alimentação Escolar

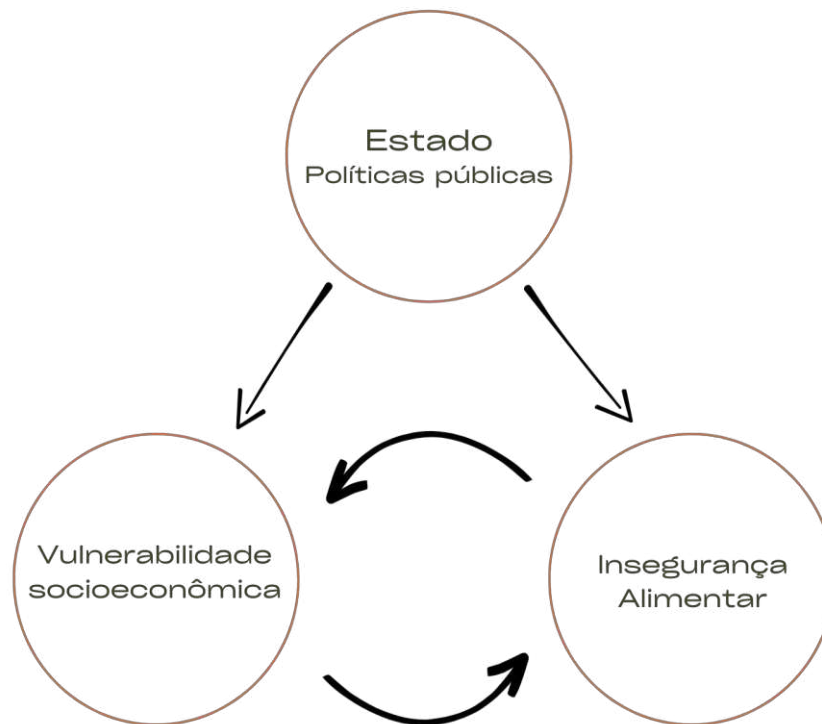


Fonte: elaboração própria.

### 2.3 O papel do Estado na garantia de direitos

A Figura 1 – realizada a partir de trabalhos de Grisa; Schneider (2015), Bocchi *et al.* (2019), Silva *et al.* (2019), Bezerra *et al.* (2020), Silva *et al.* (2020), Carlini e Senra (2021), Batista-Filho (2021), Alpino *et al.* (2020), Blanco (2022) e Freitas (2022) – ilustra a atuação do PNAE, enquanto uma política de Estado, na promoção da SA.

Figura 3 - Estado e garantia de direitos



Fonte: Elaboração própria.

Conforme é possível verificar na Figura 3, e no infográfico (Anexo 2), a situação de vulnerabilidade socioeconômica fomenta o quadro de IA, e vice-versa. O Estado, enquanto promotor da garantia de direitos básicos, perante a situação de vulnerabilidade, deve agir por meio das políticas públicas. Dentre as políticas direcionadas à SA tem-se o PNAE, que atua corroborando na efetivação do DHAA e, conseqüentemente, em prol das pessoas em situação de vulnerabilidade (Grisa; Schneider, 2015; Bocchi *et al.*, 2019; Silva *et al.*, 2019; Bezerra *et al.*, 2020; Humberto da Silva *et al.*, 2020; Carlini; Senra, 2021; Batista-Filho, 2021; Alpino *et al.*, 2020; Blanco, 2022; Freitas, 2022). Portanto, conforme é possível aferir na discussão do tópico dos marcos e trajetórias das políticas de alimentação no Brasil, o DHAA e a SA

permeiam a argumentação em prol dessas políticas, sendo elementares às mesmas (Batista-Filho, 2021).

Justifica-se, assim, a necessidade do debate em torno do entendimento da atuação do Estado. Não se pretende ultimar tal discussão, tendo vista sua densidade e abrangência, mas intenta-se abordar preliminarmente as funções do Estado e como convergem com o debate do PNAE e da SA. Diante de tal objetivo, recorre-se à Musgrave e Musgrave (1980) que buscaram dissertar sobre a forma pela qual seria alcançada a eficiência do setor público. Nesta discussão, os autores ressaltaram as três principais funções do Estado: (1) alocativa; (2) distributiva; e (3) estabilizadora (Musgrave; Musgrave, 1980).

A função alocativa tem por finalidade assegurar um fornecimento eficiente de bens públicos. Neste bojo, vale ressaltar as alteridades dos bens públicos e privados, sendo estes aqueles incrustados no sistema de mercado que prevê uma transição entre consumidores e produtores, pautada na exclusão resultante da limitação do benefício do bem a um único consumidor, àquele que o adquire. Os bens públicos, por sua vez, não possuem tal limitação, haja vista que seus benefícios não são particulares a um consumidor, mas favorecem todo um grupo de pessoas. Em outras palavras, o consumo destes bens é não rival, portanto, o princípio de exclusão, funcional ao sistema de mercado, é ineficiente aqui, já que os benefícios provenientes dos bens públicos não são de propriedade específica de certos indivíduos. Como resultado de tal sistema, considerando que existem milhares de pessoas consumindo determinado bem, o pagamento individual pelo mesmo é apenas uma parcela insignificante do total do seu valor (Musgrave; Musgrave, 1980).

A segunda função é a distributiva, que tem por responsabilidade a disponibilização de uma distribuição adequada de renda entre a população. Frente à ausência de medidas políticas para este ajuste, o mesmo ficará à cargo do sistema de mercado, o que tende a gerar um alto grau de desigualdade, haja vista as diferentes habilidades individuais, que são mais ou menos valorizadas por aqueles que controlam os fatores de produção, de acordo com a lucratividade que tais competências podem gerar. De forma a agravar tal cenário, tem-se ainda as riquezas repassadas de forma hereditária, que não favorecem uma distribuição uniforme e igualitária de renda. Desse modo, a distribuição de renda resultante do sistema de mercado pode não ser condizente com a considerada justa pela sociedade (Musgrave; Musgrave, 1980).

Por fim, tem-se a função estabilizadora, através da qual busca-se manter um elevado nível de emprego, uma estabilidade nos preços, um equilíbrio na balança de pagamentos e uma taxa aceitável de crescimento econômico. Para se alcançar este resultado, faz-se necessário a

atuação do Estado, considerando que sem ele a economia tende a estar sujeita a flutuações significativas e passar por períodos de desemprego e inflação (Musgrave; Musgrave, 1980).

Nesse debate, Moreira Neto (2005) aborda as funções do Estado dentro da perspectiva da promoção da eficiência. Para tratar da eficiência, é importante, antes, compreender seu cerne, para tanto, é relevante abordar os princípios da administração pública. De forma geral, os princípios podem ser compreendidos como diretrizes fundamentais que orientam e norteiam a conduta, as escolhas e as ações de uma pessoa ou organização. São valores e crenças que servem como base para a tomada de decisões e para a definição de objetivos e metas. Os princípios podem ser éticos, morais, políticos, sociais, econômicos, religiosos, entre outros, e têm como objetivo estabelecer um padrão de comportamento e atuação que seja coerente com as convicções e valores da pessoa ou organização. A Administração pública é guiada por princípios, a saber: legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade. Todos estes princípios são garantidos pela Constituição Federal e, a partir de 1998, com vistas ao aperfeiçoamento da gestão pública, por meio da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, novos pressupostos foram incorporados, dentre eles a eficiência (Camargo; Guimarães, 2013).

É neste contexto que, perante essa mudança impulsionada a partir de 1998, aborda-se as novas funções do Estado, as quais podem ser traduzidas em: (1) regulador de mercado; (2) alocador de recurso; (3) parceiro econômico; (4) fomentador econômico. O primeiro, diz respeito ao papel do Estado na intervenção para correção de distorções no mercado, visando estimular a competitividade entre as empresas, promover a justiça social, reduzir as desigualdades econômicas e, principalmente, garantir a preservação dos direitos dos consumidores. O segundo, por sua vez, relaciona-se ao papel distributivo do Estado, o qual pode ter uma atuação interna ou externa, esta aplicada por meio de políticas sociais, e aquelas através dos orçamentos públicos, “na distribuição dos meios financeiros entre órgãos” (Moreira Neto, 2005, p. 9). É por meio destas atuações distributivas, internas e externas, que o Estado age e cumpre seu papel alocativo. Já o terceiro papel, de parceiro econômico, refere-se à incumbência do Estado de balizar suas próprias necessidades, recorrendo a terceiros, como o mercado, para tal. Por fim, em sua quarta função, o Estado tem responsabilidade de atuar como estimulador, seja no âmbito empresarial, na geração de emprego, no fomento para investimentos, dentre outros (Moreira Neto, 2005).

Nota-se, perante a discussão sobre o papel do Estado, que as percepções preliminares da década de 80 e as advindas do debate da eficiência a partir dos anos 2000 não se destoam. É possível identificar na perspectiva de um preceito contido no outro, como o Estado enquanto

alocador e distribuidor de recursos, segundo percepção de Musgrave e Musgrave (1980), enquadrados por Moreira Neto (2005) na função de alocador de recursos e parceiro econômico; ou enquanto estabilizador nas ideias de Musgrave e Musgrave (1980), pontuado por Moreira Neto (2005) como fomentador econômico e regulador de mercado. É certo que tais funções se misturam na prática pública administrativa, sendo indissociáveis e interdependentes (Musgrave; Musgrave, 1980). O que se afere, portanto, é que, mesmo com as mudanças impelidas em 1998, as funções desempenhadas pelo Estado não sofreram significativas alterações, pelo contrário, se encontram e combinam em diversos momentos.

Trazendo o PNAE para esta discussão, afere-se seu enquadramento na perspectiva distributiva, haja vista que os bens e serviços advindos dele são direcionados àqueles menos privilegiados socialmente e economicamente, convergindo com as colocações de autores que afirmam a relevância do PNAE para a promoção do DHAA (Bocchi *et al.*, 2019). Neste contexto, fica evidente a importância da atuação do Estado na sua função redistributiva, haja vista ser possibilitado, por meio dela, condições mínimas para a perpetuação da vida daqueles menos favorecidos em termos socioeconômicos, em situação de vulnerabilidade, que por si não conseguiriam ter acesso a uma alimentação adequada, à segurança alimentar (Musgrave; Musgrave, 1980, Grisa; Schneider, 2015; Bocchi *et al.*, 2019; Silva *et al.*, 2019; Bezerra *et al.*, 2020; Humberto da Silva *et al.*, 2020; Carlini; Senra, 2021; Batista-Filho, 2021; Alpino *et al.*, 2020; Blanco, 2022; Freitas, 2022).

É cabível dispor nesta argumentação que para que o processo de distribuição ocorra existem alguns instrumentos e meios fiscais que podem ser utilizados, como: (1) imposto de renda progressivo sobre as camadas privilegiadas economicamente e o subsídio para àquelas desfavorecidas em termos econômicos e sociais; (2) imposto de renda progressivo sobre as camadas privilegiadas economicamente para o financiamento de serviços públicos, como, por exemplo, moradias populares; e (3) imposto sobre as camadas privilegiadas economicamente alinhado à subsídios para favorecer os bens de consumo popular (Musgrave; Musgrave, 1980).

No âmbito da federação, é possível ressaltar três princípios quanto ao processo de tributação: (1) competência concorrente; (2) competência compartilhada; e (3) competência exclusiva. A primeira ocorre quando diferentes instâncias governamentais têm flexibilidade para postular alíquotas e isenções. A segunda, por sua vez, ocorre quando o governo repassa as arrecadações tributárias por meio de transferências. Por fim, a terceira refere-se a quando é de competência exclusiva das diferentes instâncias governamentais a postulação de alíquotas. A escolha sobre qual princípio seguir, impacta diretamente no processo distributivo, considerando

que sua operacionalização ocorre, primordialmente, via alíquotas tributárias (Rezende; Lobo, 1985).

Ao se tratar dos instrumentos fiscais da política distributiva é indispensável discorrer acerca da associação na operação do setor público e privado, afinal, os efeitos dos gastos governamentais e políticas tributárias dependem da reação do setor privado, assim como a necessidade de medidas fiscais é determinada pelo modo como o setor privado se comporta na ausência das mesmas. Toda essa discussão está circunscrita às forças sociais, políticas e históricas que originaram as instituições fiscais e determinaram a política (Musgrave; Musgrave, 1980; Dequech, 2011).

O PNAE, enquanto um programa voltado aos estudantes de instituições de ensino público, onde a vulnerabilidade é a realidade de muitos, expõem os argumentos supracitados: a existência de tal política é decorrente de um longo período de transformação, resultante de diversos fatores (sociais, históricos e econômicos), conforme já explicitado neste texto nos tópicos precedentes. É possível observar no contexto histórico que culminou no PNAE, o qual teve início em 1933, frente ao cenário de fome existente e a necessidade de garantia do mínimo necessário à vida dos trabalhadores, a raiz do programa na vulnerabilidade daqueles desfavorecidos economicamente, exigindo a atuação do Estado para garantia dos direitos básicos dos mesmos (Arruda; Arruda, 2007; Batista-Filho, 2021). Todo este cenário evidencia o campo social de amadurecimento do programa, marcado pela desigualdade e fragilidade de um grupo de pessoas em função de um processo histórico de desenvolvimento pautado na exclusão e na concentração de riquezas; reforçando a relevância do PNAE enquanto um programa que fomenta a redistribuição em benefício da SA (Libermann; Bertolini, 2015; Silva *et al*, 2019; Humberto da Silva *et al.*, 2020; Alpino *et al*, 2020; Freitas, 2022).

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Todo o enredo deste texto foi desenhado para versar acerca do panorama geral do desenvolvimento do PNAE, elucidando os principais momentos que marcaram a trajetória desta política, tendo em vista a relevância deste debate à compreensão da promoção do programa e seu reverberar na SA; entendendo que esta argumentação inaugural pode contribuir para uma localização inicial do contexto de toda essa discussão, a fim de embasar trabalhos ulteriores quanto ao assunto.

Enquanto desfecho deste trabalho algumas premissas podem ser destacadas. Primeiramente no que tange o encarrilhamento histórico do PNAE, por meio do qual observa-

se que o programa surge como resultado de uma série de proposições feitas no decorrer de décadas, com primícias no debate sobre o mínimo necessário à manutenção da vida. Tal asseveração nos leva ao segundo prisma desta discussão, o entendimento sobre os sujeitos foco de todo este discurso: pessoas em situação de fragilidade (social e econômica). É neste contexto que adentramos no terceiro e último ponto que gostaria de destacar, o PNAE enquanto uma política de Estado, com raízes redistributivas, desenhado em prol da população sem acesso à alimentação adequada, atuando em favor da promoção da SA dos estudantes da rede pública e na garantia do DHAA.

Fica apontado, por meio da discussão construída neste trabalho, a importância de uma política redistributiva na amenização das desigualdades, visando garantir os direitos básicos àqueles menos favorecidos socioeconomicamente. Ao avaliar a trajetória do PNAE, assinala-se seu desenrolar histórico e profundo enlaçamento com a promoção da SA, bem como os intentos do programa em atuar positivamente no aprendizado dos estudantes, garantindo a necessidade nutricional durante o período letivo. Em suma, observa-se que o programa segue sendo promovido e aplicado na educação pública brasileira de forma intensiva, sendo fundamental na promoção do aprendizado, além de garantir os direitos básicos àqueles menos favorecidos socioeconomicamente por meio do fomento da SA.

De modo geral, no que concerne às provocações deste trabalho, quando avaliados os papéis desempenhados pelo Estado, afere-se que a redução das desigualdades é melhor trabalhada mediante o esforço do Estado, por meio da implementação de políticas redistributivas, como o PNAE, visando a garantia do acesso a uma alimentação saudável e de qualidade a todos os estudantes, independentemente de sua classe social. A política de alimentação escolar, mais do que um programa de distribuição de alimentos, é um meio de promover o acesso aos mesmos e a inclusão social, oportunizando aos estudantes de baixa renda uma alimentação saudável e equilibrada. Ademais, é fundamental sublinhar que o PNAE possibilita a aquisição de alimentos produzidos localmente, o que contribui para o desenvolvimento econômico e social da região, criando oportunidades para agricultores familiares. Tem-se, portanto, o reverberar não apenas no âmbito educacional, para os estudantes da rede pública, mas também na vida dos agricultores, por meio do fomento da geração de renda.

Julgo indispensável ressaltar aqui a atuação do programa no período pandêmico, onde, frente ao fechamento das escolas, para cumprir com seu objetivo, passou por mudanças em sua aplicação, indo de uma alimentação fornecida no ambiente escolar para cestas com kits de alimentos direcionados às famílias dos estudantes. Se considerarmos a crise econômica deste

período, o alto índice de desemprego e a redução na renda das famílias, evidencia-se o impacto que o Estado, traduzido em suas políticas e programas, como o PNAE, pode ter no fomento do sustento e na promoção de uma vida digna à população vulnerável. Neste sentido, salienta-se a parceria entre o Estado e as instituições de ensino para a distribuição dos kits alimentares, a qual foi fundamental para a execução de ações mais efetivas, possibilitando que as famílias dos estudantes tivessem acesso aos alimentos, advindos de agricultores locais, com produtos mais frescos e *in natura*. Reitera-se, portanto, a premissa de que o Estado, por si só, não teria condições de gerar os impactos que foram possibilitados mediante a atuação das instituições de ensino.

A fim de respaldar as proposições iniciais feitas neste trabalho, faz-se necessário novos estudos, buscando avaliar na prática em que medida o PNAE conseguiu e consegue contribuir para a promoção da SA dos estudantes. Para tal, sugere-se a realização de pesquisas para avaliar o índice de IA dos discentes da rede pública, além da composição da alimentação destes, refletindo sobre os alimentos que constituem o cardápio escolar e se contribuem para uma alimentação de qualidade. Com estes resultados, será possível aferir se o PNAE, conforme preza suas premissas e objetivos, é aplicado de forma a contribuir com a SA.

## REFERÊNCIAS

ALPINO, T. D. M. A., SANTOS, C. R. B., BARROS, D. C. D., FREITAS, C. M. D. COVID-19 e (in) segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00161320, 2020.

ARRUDA, B. K. G.; ARRUDA, I. K. G. Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. **Revista brasileira de saúde materno infantil**, v. 7, p. 319-326, 2007.

BATISTA-FILHO, M. Análise da Política de Alimentação e Nutrição no Brasil: 20 anos de história. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n.1, p.12, 2021.

BEZERRA, M. S., JACOB, M. C. M., FERREIRA, M. A. F., VALE, D., MIRABAL, I. R. B., LYRA, C. D. O. Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3833-3846, 2020.

BLANCO, L. F. **Dar forma à fome**: uma etnografia das políticas públicas de segurança alimentar na trajetória do Programa Fome Zero. 2022. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1245506>. Acesso em: 15 maio de 2023.

BOCCHI, C. P.; SOUZA-MGALHÃES, É.; RAHAL, L.; GENTIL, P.; SÁ-GONÇALVES, R. A década da nutrição, a política de segurança alimentar e nutricional e as compras públicas da agricultura familiar no Brasil. **Revista Panamericana de Saúde Pública**, v. 43, n. e84, 2019.

BORSATTO, R. S., THOMSON, C. R., RIGA, H. L., BERGAMASCO, S. M. P. P. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater): fim de um ciclo? (National Policy for Technical Assistance and Rural Extension (Pnater): a cycle that ends?). **Emancipação**, v. 22, n. 3, p. 3, 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 02 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 abr. 2020a. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-13.987-de-7-de-abril-de-2020-251562793>. Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Dispõe sobre a Criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/11346.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11346.htm). Acesso em: 10 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Orientações para a execução do PNAE durante a situação de emergência decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19)**. 2020b. Disponível em: [https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/ctg\\_file\\_352547484\\_13042020172351.pdf](https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/ctg_file_352547484_13042020172351.pdf). Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de suplementação, PNAE - Histórico**. 2018. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-suplementares/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>. Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução/CD/ FNDE n. 38, de 16 de julho de 2009**. 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3341-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-38-de-16-de-julho-de-2009>. Acesso em: 4 de abril de 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955**. Institui a companhia da Merenda Escolar. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37106-31-marco-1955-332702-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 5 de agosto de 2022.

BRASIL. **Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. 2013. Disponível em:

[HTTPS://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=getAtoPublico&sgl\\_tipo=RES&num\\_ato=00000026&seq\\_ato=000&vlr\\_ano=2013&sgl\\_orgao=FND E/MEC](https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=getAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000026&seq_ato=000&vlr_ano=2013&sgl_orgao=FND E/MEC). Acesso em: 15 set. 2022.

CAMARGO, Francielle de O.; GUIMARÃES, Klicia MS. O princípio da eficiência na gestão pública. **Revista CEPPG**, v. 28, n. 1, p. 133-145, 2013.

CAMARGO, RAL de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Temas de Administração Pública**, v. 8, n. 2, p. 1-21, 2013.

CARLINI, F. K. A.; SENRA, R. E. F. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na Pandemia COVID-19: uma Revisão de Literatura. *In: Seminário de Educação*, 29. **Anais [...]**, p. 2209-2221, 2021.

CASTRO, I. R. R. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. **Cad. Saúde Pública**, v. 35, p. e00009919, 2019.

CHAVES, L.G.; SANTANA, T. C. M.; GABRIEL, C. G.; VASCONCELOS, F. A. G. Reflexões sobre a atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. **Cien Saúde Coletiva**, v.18, n. 4, p. 917-926, 2013.

DEQUECH, David. Instituições e a relação entre economia e sociologia. **Revista Estudos Econômicos**, v. 41, n. 3. p. 599-619, 2011.

ESCRIVÃO, M.A.M.S. OLIVEIRA, F. L. C., TADDEI, J. A. A. C., & Lopez, F. A. Obesidade exógena na infância e na adolescência. **J. Pediatr.**, v.76, n. 3, p. S305-310, 2000.

FAO. **O estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil**: um retrato multidimensional (SOFI - Brasil). Brasília, 2014a. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca\\_alimentar/SANnoBRasil.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/SANnoBRasil.pdf). Acesso em: 22 nov. 2022.

FAO. **The State of Food Insecurity and Nutrition in the World (SOFI -2014)**. Roma, 2014b. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/state-food-insecurity-world-2014-strengthening-enabling-environment-food-security-and>. Acesso em: 22 nov. 2022.

FERNANDES, D. M. M.; KESSLER, M. J. Programa Nacional de Alimentação Escolar–PNAE: contribuições para a agricultura familiar. *In: Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional*, 10. **Anais [...]**, 2019.

FERREIRA, Helen Gonçalves Romeiro; ALVES, Rodrigo Gomes; MELLO, Silvia Conceição Reis Pereira. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): alimentação e aprendizagem. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, v. 22, n. 44, p. 90-113, 2019.

FREITAS, E. R. G. **Execução do PNAE durante a pandemia do COVID-19**: oferta de alimentos. 2022. Monografia (Graduação em Nutrição) – Universidade Federal do Rio Grande

do Norte, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/48625>. Acesso em: 10 jul. 2023.

GALINDO, E.; TEIXIERA, M. A.; PESSOA, M.; MENDES, L.; RENNÓ, L. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. *In: Food for Justice Working Paper Series*, n. 4, 2. ed. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy. 2021. Disponível em: [https://refubium.fu-berlin.de/bitstream/handle/fub188/29813/WP\\_%234\\_final\\_version.pdf?sequence=2&isAllowed=y](https://refubium.fu-berlin.de/bitstream/handle/fub188/29813/WP_%234_final_version.pdf?sequence=2&isAllowed=y). Acesso em: 26 set. 2021.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas Públicas de Desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2015.

HUMBERTO DA SILVA, L.; MEDEIROS, M.; BENTES TRAVARES, F.; AMARAL DIAS, I.; FERREIRA FRAZÃO, A. D. G. PNAE em tempos de pandemia: desafios e potencialidades para sua operacionalização no contexto amazônico. **Mundo Amazônico**, v. 11, n. 2, p. 17-36, 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD COVID-19**. Disponível em <https://COVID19.ibge.gov.br/pnad-COVID/trabalho.php>. Acesso em 26 de set. 2021.

INAN. **Pesquisa Nacional sobre saúde e nutrição- PNSN-1989**. Arquivos de Pesquisa. Brasília: INAN; 1990. [Mimeo].

LIBERMANN, A. P; BERTOLINI, G. R. F. Tendências de pesquisa em políticas públicas: uma avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 11, p. 3546-3533, 2015. <https://doi.org/10.1590/1413-812320152011.16822014>.

LUSTOSA, M. M. A.; PEITER, G. M. Fome e soberania alimentar na perspectiva do direito, da economia e da cidadania. **Anais do XVII Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História das Ciências, 2020.

MACHADO, P. M. D. O., SCHMITZ, B. D. A. S., GONZÁLEZ-CHICA, D. A., CORSO, A. C. T., VASCONCELOS, F. D. A. G. D., GABRIEL, C. G. Compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): estudo transversal com o universo de municípios brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 4153-4164, 2018.

MACHADO, V. F.; CASTRO, F. C.; VIANA, Y. F. PNAE: história e os desafios para a sua continuidade no período de pandemia (COVID-19). 2021.

MALUF, R. S. J. **Ações públicas locais de abastecimento alimentar**. São Paulo, SP: Polis, 1999.

MONTEIRO, Carlos Augusto; CONDE, Wolney Lisboa; KONNO, Sílvia Cristina. Análise do inquérito chamada nutricional 2005. *Cadernos de estudos*, n. 4, p. 29-36, 2006. Acesso em: 28 mar. 2023.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. O novo papel do Estado na economia. **Revista de Direito Administrativo**, v. 241, n. 1, p. 1-20, 2005.

MUSGRAVE; Richard A.; MUSGRAVE, Peggy B. **Finanças públicas: teoria e prática**. Tradução: Carlos Alberto Primo Braga. Ibrahim Eris. Rio de Janeiro: Campus; São Paulos: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980

NIEDERLE, Paulo; GRISA, Catia; PICOLOTTO, Everton Lazaretti; SOLDERA, Denis. Narrative disputes over family-farming public policies in Brazil: Conservative attacks and restricted countermovements. **Latin American Research Review**, [S. l.], v. 54, n. 3, p. 707-720, 2019. DOI: 10.25222/LARR.366/METRICS/. Disponível em: <http://larrlasa.org/articles/10.25222/larr.366/>. Acesso em: 19 mar. 2023.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 18, n. 3, p. 909-916, 2013.

PINTON, Florence; YANNICK, Sencébé. Soberania versus segurança alimentar no Brasil: tensões e oposições em torno da agroecologia como projeto: Food sovereignty vs food security in Brazil: tensions and oppositions within agroecology as an objective. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, n. 1, p. 24-46, 2019.

REAL, L. C. V.; SCHNEIDER, S. O uso de programas públicos de alimentação na reaproximação do pequeno produtor com o consumidor: o caso do programa de alimentação escolar. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 57-79, 2011.

REZENDE, F., LOBO, T. Competências tributárias em regimes federativos. **Revista de Finanças Públicas**, Brasília, a. XLV, n. 362, p. 33-39, abr./jun. 1985.

ROSSETTI, Francini Xavier; SILVA, Marina Vieira da; WINNIE, Lo Wai Yee. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o desafio da aquisição de alimentos regionais e saudáveis. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 23, n. 2, p. 912-923, 2016.

SILVA, A. S.; MILAGRES, L. C.; CASTRO, A. P. P.; FILGUEIRAS, M. S.; ROCHA, N. P.; HERMSDORFF, H. H. M.; LONGO, G. Z.; NOVAES J. F. O consumo de produtos ultraprocessados está associado ao melhor nível socioeconômico das famílias das crianças. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 11, p. 4053-4060, 2019.

SILVA, Sandro Pereira. Entre deslocamentos e sedimentações: trajetória de institucionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 15, n. 55, p. 233-252, 2021.

VASCONCELLOS, Ana Beatriz Pinto de Almeida; MOURA, Leides Barroso Azevedo de. Segurança alimentar e nutricional: uma análise da situação da descentralização de sua política pública nacional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 11, e00103522, 2018.

## **ARTIGO 2 – ABORDAGEM DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA (DHAA): AVALIAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DO PNAE PARA A ALIMENTAÇÃO DAS FAMÍLIAS NO PERÍODO PANDÊMICO**

**Resumo:** A garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é essencial para uma sociedade justa e equitativa. Nesse contexto, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) desempenha papel crucial ao fornecer refeições saudáveis aos estudantes do ensino público. No entanto, a pandemia de COVID-19 provocou mudanças profundas, desafiando a implementação do PNAE, período onde foi oportunizado que os alimentos do programa, antes destinados à merenda escolar, fossem adaptados para compor uma cesta com um kit de alimentos a ser distribuída às famílias dos estudantes. Este estudo busca investigar a contribuição do programa para a alimentação em no contexto pandêmico, focando em uma escola em Viçosa-MG. Para tanto, realizou-se uma entrevista com os responsáveis visando ao entendimento quanto ao perfil socioeconômico das famílias, seus hábitos alimentares antes e após o recebimento das cestas, bem como a periodicidade de acesso às mesmas. Os resultados indicaram que a maioria das famílias teve acesso limitado às cestas de alimentos, aferindo-se, portanto, sua ineficiência neste período. Observou-se a importância do PNAE na manutenção do DHAA, embora ajustes sejam necessários.

**Palavras-chave:** Direito Humano à Alimentação Adequada. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Pandemia.

**Abstract:** The assurance of the Human Right to Adequate Food (HRAF) is essential for a just and equitable society. In this context, the National School Feeding Program (PNAE) plays a crucial role in providing healthy meals to public school students. However, the COVID-19 pandemic has brought about profound changes, challenging the implementation of the PNAE. During this period, an opportunity was created to adapt the program's food, originally intended for school meals, to compose a basket with a kit of food to be distributed to the families of students. This study seeks to investigate the program's contribution to nutrition in the pandemic context, focusing on a school in Viçosa, MG. To do so, interviews were conducted with those responsible to understand the socioeconomic profile of the families, their eating habits before and after receiving the baskets, as well as the frequency of access to them. The results indicated that the majority of families had limited access to the food baskets, thus highlighting their

inefficiency during this period. The importance of the PNAE in maintaining the HRAF was observed, although adjustments are necessary.

**Key-word:** Human Right to Adequate Food. National School Feeding Program. Pandemic.

## 1 INTRODUÇÃO

A garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é um dos pilares fundamentais de uma sociedade justa e equitativa. No contexto brasileiro, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um instrumento na promoção desse direito, fornecendo refeições saudáveis às crianças, adolescentes, jovens e adultos em idade escolar. Para além da dimensão nutricional, o PNAE também desempenha papel na educação alimentar, no incentivo à agricultura familiar e no desenvolvimento das comunidades locais (Real; Schneider, 2011).

No contexto do presente trabalho, inscrito no município de Viçosa-MG, o PNAE teve seu início em 2003, diante da institucionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) a nível nacional. Nesse período, visando pensar a Segurança Alimentar (SA) no município, foi criado o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA). Paralelamente à elaboração do COMSEA, perante a necessidade de organização para acesso ao PAA, diversos agricultores familiares se mobilizaram e formalizaram a Associação de Produtores Rurais de Viçosa-MG. Com a exitosa experiência desse grupo de agricultores recém organizados, outros grupos locais foram se instituindo para acessar ao Programa (Trivellato, 2018).

Em 2009, com o advento da Lei 11.947, os agricultores, já organizados para acesso ao PAA, encontraram percalços, principalmente em função do desconhecimento da prefeitura acerca da nova legislação e do processo de chamada pública que ela prescrevia. Ademais, problemas no âmbito político atrasaram a aplicação da política no município, que só veio a ocorrer em 2011. Viçosa-MG adotou o modelo de gestão municipal centralizada, onde o município é o responsável pela compra e distribuição dos produtos, elaboração dos cardápios e das refeições, e com a realização da prestação de contas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão responsável pelo repasse dos recursos do Programa (Trivellato, 2018).

É importante ressaltar, também, a importância do PNAE na contribuição da promoção da SA, visto que garante o recebimento de produtos frescos, locais e de qualidade pelas escolas, além de fomentar uma alimentação equilibrada e nutritiva (Camargo *et al.*, 2013). Um estudo

realizado com dados coletados de janeiro a junho de 2011, em Viçosa-MG, com crianças de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família, de 2 a 6 anos de idade, revelou que a prevalência de IA foi de 72,8%, entre leve, moderada e grave (Sperandio; Priore, 2015). As autoras mostram que esse quadro de IA está relacionado com dois fatores principais: educacional e econômico. Dessa forma, é ressaltada a importância e a necessidade de intervenções na educação para mudar essa realidade no município. Nesse contexto, destaca-se a importância de programas como PNAE, que buscam promover uma alimentação adequada nas escolas.

Contudo, apesar da importância de políticas e programas atuantes na questão da SA, a situação da Insegurança Alimentar (IA) é ainda mais alarmante quando analisado o desmonte e enfraquecimento de estruturas institucionais elementares à promoção das SA, como o fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2016, bem como a redução dos recursos destinados à programas como PNAE (Galindo *et al.*, 2021). Para além, existe o agravante dos adventos da pandemia causada pela COVID-19. Segundo dados da PNAD COVID-19, a taxa de desocupação em Minas Gerais chegou a 12,5% em novembro de 2020, e o rendimento médio mensal dos ocupados no estado foi de R\$1.902,00 no mesmo período (IBGE, 2021).

Frente a este cenário de irrupção da pandemia de COVID-19, desafios sem precedentes emergiram em todas as esferas da sociedade, afetando inclusive os processos de distribuição de alimentos. A Lei nº 13.987 de 2020, trouxe uma modificação crucial para a disponibilização do PNAE, flexibilizando suas diretrizes e permitindo que, durante o período de pandemia, os alimentos fossem disponibilizados por meio da distribuição de kits alimentares diretamente às famílias dos estudantes. Essa mudança foi uma resposta à necessidade de garantir o acesso à alimentação em um cenário de suspensão das aulas presenciais (Brasil, 2020a).

Nesse contexto, a relevância do PNAE e sua capacidade de adaptação ganham novas nuances. O programa não apenas manteve seu compromisso com a nutrição das crianças e adolescentes, mas também buscou assegurar o DHAA mesmo quando as escolas estavam fechadas. Essa mudança de paradigma exigiu uma reestruturação das operações, com desafios logísticos e organizacionais a serem superados. É diante deste cenário que se desenrola o presente estudo, o qual visa avaliar a contribuição do PNAE para a alimentação das famílias durante o período de pandemia, considerando a alteração na forma de implementação do programa. O foco do estudo se deu em uma escola pública do município de Viçosa-MG, local onde buscou-se compreender como a distribuição de kits alimentares impactou o acesso à alimentação adequada para os estudantes e suas famílias.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Constituição Federal de 1988, dentre outras questões, conferiu status de direitos fundamentais à educação e à alimentação. Estabeleceu-se, portanto, a obrigação do Estado na provisão destes direitos. Assim, através de programas específicos, voltados à finalidade de cumprir com as obrigações dispostas na Constituição Federal, destina-se aos estudantes da educação básica a oferta de materiais didáticos e de transporte público, bem como da alimentação no ambiente escolar (Brasil, 1988).

As obrigações do Estado quanto à alimentação foram reforçadas em 2016 pelo ingresso e comprometimento do país junto à Assembléia Geral das Nações Unidas (ONU), no que tange às diretrizes da Década da Ação em Nutrição das Nações Unidas, previstas para os anos de 2016 a 2025. Como resultado desse processo, metas voltadas ao combate da alimentação inadequada foram estipuladas no II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), fomentando a promoção dos direitos previstos na constituição (CAISAN/PLANSAN, 2017; CAISAN, 2017).

Vale ressaltar no presente texto o terceiro pilar da Década da Ação em Nutrição: proteção social e educação nutricional, no qual se enquadra o PNAE, que busca assegurar aos alunos o acesso a refeições que atendam aos padrões nutricionais estabelecidos, garantindo uma alimentação balanceada e de qualidade, por meio da aquisição preferencial de alimentos da Agricultura Familiar (AF) e da obrigatoriedade de compra de, pelo menos, 30% de alimentos destes agricultores, sendo, portanto, importante promotor da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) (Triches; Schneider, 2010; Brasil, 2013; Schwartzman *et al.*, 2017).

É importante salientar nessa discussão o que é considerado uma alimentação adequada, a qual pode ser traduzida enquanto a realização do direito ao acesso a uma alimentação de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais (Vasconcelos; Moura, 2018). Bocchi *et al.* (2019), salientam que a alimentação de qualidade está relacionada não apenas ao acesso aos alimentos, mas também ao tipo de acesso que se tem, aos nutrientes que a pessoa consegue ingerir em suas refeições.

Aqui cabe colocar que este acesso aos alimentos perpassa diversas questões, como a cultura e o hábito alimentar, os quais vêm sofrendo alterações no decorrer dos anos. Tem-se, cada vez mais, o aumento da disponibilidade e do consumo de alimentos ultraprocessados, prejudiciais à saúde humana em função dos altos teores de açúcares, sal, gordura e conservantes químicos (Real; Schneider, 2011). Resultante deste processo, Blanco (2022) aponta para a

mudança no padrão da fome, a qual, segundo a autora, apenas mudou a roupagem, passando da desnutrição para o sobrepeso e a obesidade.

Essa mudança no hábito alimentar e o consequente aumento de sobrepeso e obesidade, impacta diretamente no desenvolvimento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), como doenças cardiovasculares, hipertensão, diabetes e câncer. São quatro fatores centrais para o desenvolvimento destas doenças: (1) fumo; (2) inatividade física; (3) uso excessivo de álcool; e (4) alimentação inadequada (Duncan, 2012). Um resumo técnico gerado pela ONU neste ano aponta que as DCNT são responsáveis por 17 milhões de óbitos por ano, se consideradas as pessoas com menos de 70 anos, cenário agravado pela pandemia da COVID-19, informações estas que reiteram a expressividade da problemática (OMS, 2023).

Considerando o quarto fator de desenvolvimento das DCNT, a alimentação inadequada, que é o foco do presente estudo, faz-se necessário trazer a esta discussão alguns elementos responsáveis pela mudança no hábito alimentar e consequente adoecimento da população. A indústria alimentícia e o comércio desempenham um papel crucial na promoção de produtos processados e ultraprocessados como opções práticas, palatáveis, duráveis e atrativas para todas as faixas etárias. Estratégias de marketing são habilmente empregadas para enfatizar a conveniência e a facilidade de consumo dos alimentos ultraprocessados, criando uma percepção positiva em torno desses produtos junto ao público consumidor (Monteiro *et al.*, 2010; Bielemann *et al.*, 2015).

Essa apelação das mídias associada ao desconhecimento da população sobre as consequências do consumo exacerbado desses produtos tem sido um promotor das DCNT (Santos *et al.*, 2016). Os alimentos ultraprocessados se destacam por conterem maior quantidade de calorias, bem como por apresentarem maiores níveis de açúcar e menor teor de fibras em comparação com alimentos in natura ou minimamente processados. Os ingredientes utilizados durante a produção desses produtos precisam estar claros, a embalagem e a rotulagem desempenham um papel de extrema importância nesse sentido, haja vista terem por função informar sobre o conteúdo dos alimentos. No entanto, devido à falta de conhecimento, muitos consumidores não interpretam essas informações no momento da compra, o que resulta em muitas escolhas alimentares inadequadas, o que reforça a necessidade de conscientização do público consumidor (Bendino; Popolim; Oliveira, 2012).

Frente este cenário, visando a conscientização dos consumidores, em 2014 foi elaborado o Guia Alimentar Para a População Brasileira, o qual classifica os alimentos conforme seu nível de processamento. Os alimentos in natura englobam aqueles de origem vegetal ou animal que não sofrem nenhum tipo de modificação após serem colhidos ou obtidos na natureza. Os

minimamente processados são submetidos a pequenas alterações para preservá-los e torná-los apropriados para armazenamento, incluindo procedimentos como limpeza, retirada de partes não comestíveis e refrigeração. Por outro lado, os alimentos processados são produtos industrializados que utilizam alimentos in natura como ingredientes, mas têm a adição de sal, açúcar ou outras substâncias culinárias para melhorar suas propriedades organolépticas ou prolongar sua vida útil. Os ultraprocessados, por sua vez, são produzidos por meio de diversas etapas e técnicas de processamento, além da utilização de vários ingredientes, muitos dos quais são específicos para uso industrial (Brasil, 2014).

Essa necessidade da conscientização também se aplica ao público infantil, principalmente se considerada a importância da alimentação adequada durante a primeira infância, fase que compreende desde a gestação até os seis anos de idade, na qual ocorre um intenso desenvolvimento do ser humano em aspectos cognitivos, emocionais, sociais e morais. Essa etapa é de extrema importância, haja vista que é nesse período que o indivíduo é moldado, sendo os estímulos recebidos decisivos para a sua formação (Shonkoff; Phillips, 2000). Dentre esses estímulos, a alimentação desempenha um papel fundamental no impulsionamento e crescimento infantil, afinal, a alimentação adequada possibilita a promoção de uma maior expectativa de vida e o desenvolvimento no máximo potencial da criança, reverberando na fase adulta do indivíduo (Zancul, 2004).

É durante os primeiros anos de vida que o cérebro da criança tem um considerável desenvolvimento, e a nutrição desempenha um papel fundamental nesse processo. A oferta de alimentos variados e equilibrados é crucial para fornecer os nutrientes necessários para o desenvolvimento adequado do sistema nervoso central, além de contribuir para a formação de hábitos alimentares saudáveis desde cedo (Gomes, 2016).

A alimentação adequada na primeira infância está diretamente relacionada à promoção de uma maior expectativa de vida e a um maior potencial de desenvolvimento físico, cognitivo e emocional da criança. Crianças que recebem uma alimentação balanceada nessa fase tendem a apresentar melhor desempenho escolar, maior capacidade de aprendizado e menor incidência de problemas de saúde ao longo da vida (Zancul, 2004; Gomes, 2016).

É, portanto, essencial promover a conscientização sobre a relevância da alimentação adequada, processo que envolve não apenas fornecer alimentos nutritivos, mas também incentivar práticas alimentares saudáveis e a redução do consumo de alimentos ultraprocessados e ricos em açúcar, sal e gorduras, prejudiciais à saúde. Conscientizar a todos sobre a relevância da alimentação adequada, incluindo na primeira infância, é um investimento na formação de cidadãos saudáveis e plenamente desenvolvidos. O cuidado com a alimentação

nessa fase impacta diretamente no bem-estar e no futuro das crianças, tornando-se uma responsabilidade coletiva em prol de uma sociedade mais forte e preparada para os desafios futuros (Zancul, 2004; Real; Schneider, 2011, Gomes, 2016).

É diante desse debate acerca da necessidade da conscientização dos consumidores, inclusive do público infantil, dada a relevância da construção de hábitos alimentares adequados desde o princípio da vida, que cabe ressaltar o PNAE enquanto promotor da Educação Alimentar e Nutricional (EAN), haja vista a relevância do programa na promoção da alimentação adequada nos ambientes escolares. Além de assegurar a qualidade da alimentação escolar, o PNAE também oportuniza o desenvolvimento de ações educativas que fomentem a consciência alimentar, a autonomia na escolha de alimentos saudáveis e a compreensão dos impactos da alimentação na saúde individual e coletiva. Através da integração do PNAE com práticas educativas, é possível estabelecer uma abordagem holística e transformadora, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e comprometidos com hábitos alimentares saudáveis e sustentáveis ao longo de suas vidas (Triches; Schneider, 2010; Schwartzman *et al.*, 2017).

Entretanto, com a pandemia encarrilhada pela COVID-19 e o conseqüente fechamento das escolas, o PNAE passou por mudanças em sua implementação. Mediante a Lei nº 13.987 de 2020, que introduziu modificações na Lei 11.947 de 2009, foi autorizado que os alimentos adquiridos por meio do programa fossem repassados às famílias dos estudantes através de cestas com kits de alimentos, em substituição às refeições servidas nas escolas (Brasil, 2020a). Tais mudanças e flexibilizações tiveram como objetivo assegurar a continuidade do programa e o acesso a alimentos nutritivos para os estudantes, diante do fechamento das instituições de ensino (Brasil, 2020b).

Cabe aqui destacar o cenário pandêmico e suas conseqüências, não apenas para a saúde da população, mas também sociais e econômicas. Batista-Filho (2021) traz esses impactos e seu reverberar na garantia no mínimo à vida, à garantia de direitos da população, como o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Só no ano de 2020, 12,5% da população mineira estavam em situação de desemprego (IBGE, 2021) Esses aspectos associados ao aumento exponencial dos preços, inclusive dos alimentos, conforme demonstrado no trabalho de Galindo *et al.* (2020), reforçam um cenário de vulnerabilidade. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mostra esse aumento no ano de 2021 em alguns produtos de consumo básico, como o óleo de soja (104%), o arroz (76%), o leite Longa Vida (27%), o tomate (53%), as frutas (25%), a batata inglesa (68%), as carnes e os peixes (16%), dentre outros.

Tem-se, portanto, na distribuição dos alimentos via PNAE às famílias dos estudantes um papel crucial na promoção da Segurança Alimentar (SA). Durante esse período desafiador, em que o sistema de saúde, as condições de trabalho e a renda das famílias brasileiras foram gravemente afetados, o acesso à alimentação tornou-se ainda mais crítico, e com o programa, foi viabilizado o acesso a alimentos mais in natura e minimamente processados (Humberto da Silva *et al.*, 2020; Freitas *et al.*, 2022). É válido ressaltar que o sucesso do programa durante o isolamento social foi fortalecido pela utilização de mecanismos de promoção da SA já estabelecidos, tais como os "canais de compras institucionais consolidados e a organização dos agricultores familiares por meio do cooperativismo" (Humberto da Silva *et al.*, 2020, p. 32). Essas medidas demonstraram-se fundamentais para assegurar o fornecimento contínuo de alimentos nutritivos à população mais vulnerável durante a crise.

Diante dessa conjuntura, compreendendo a relevância do PNAE na promoção de uma alimentação adequada no contexto pandêmico, é que se faz relevante o presente trabalho, visando a compreensão da contribuição PNAE para a alimentação das famílias neste período. A seguir, está elucidado o método empregado para responder ao objetivo desta pesquisa.

### **3 METODOLOGIA**

O presente trabalho caracteriza-se enquanto um estudo de caso, com uma abordagem qualitativa e quantitativa para aprofundar nessa compreensão da alimentação familiar após a distribuição de cestas do PNAE em uma escola pública, localizada no município de Viçosa, em Minas Gerais. Para embasar a escolha dessa metodologia, Yin (2015) destaca que os estudos de caso são apropriados quando se busca compreender fenômenos complexos em seu contexto natural, permitindo a exploração profunda de questões específicas. Além disso, Stake (2005) argumenta que os estudos de caso são valiosos para a investigação, proporcionando uma compreensão holística das experiências individuais e coletivas.

A escolha da referida escola se deu com base no trabalho de Bastos *et al.* (2019), que constatou que, em função da segregação socioespacial<sup>1</sup> do local, o bairro Santa Clara, no qual está inserida a instituição aqui estudada, possui um dos maiores níveis de segregação, com rendas médias familiares mais baixas, acesso precarizado à educação e saúde, além de alto

---

<sup>1</sup> A segregação socioespacial refere-se à separação geográfica de grupos sociais com diferentes níveis socioeconômicos em áreas urbanas, resultando em desigualdades no acesso a recursos, serviços e qualidade de vida. Esse fenômeno complexo impacta significativamente as condições de vida e oportunidades das populações envolvidas, demandando a implementação de políticas públicas que promovam a equidade e a inclusão social.

índice de vulnerabilidade familiar. Nesse contexto, Arque *et al.* (2021), mostram como a alimentação escolar é de suma importância para as crianças em situação de vulnerabilidade, corroborando para seu desenvolvimento. Assim, tendo em vista o perfil de vulnerabilidade das famílias residentes no bairro de Santa Clara, acredita-se ser possível avaliar o real impacto do PNAE na vida e na alimentação dessas crianças e suas famílias.

No ano de 2023, período da coleta de dados deste estudo, a escola possuía 116 estudantes na faixa etária de até seis anos, segundo dados disponibilizados pela Secretaria de Educação do município à pesquisadora, via e-mail. Ressalta-se que a escolha da faixa de idade se deu perante a relevância da primeira infância no desenvolvimento infantil. Diante disso, o estudo foi direcionado às crianças do 1º e 2º período e 1º e 2º ano, correspondendo aos alunos que se encontravam dentro da faixa etária da primeira infância no ano de 2021 - ano base desta pesquisa. A escolha desta data base se deu em função desta corresponder a um ano após o período em que entrou em vigor a Lei nº 13.987 de 2020, flexibilizando a implementação do PNAE. Entende-se por relevante este período de um ano após a saída da lei, tendo em vista o tempo necessário para a adaptação em termos de sua execução.

No que concernem os instrumentos, visando o alcance do objetivo, foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas, voltadas aos responsáveis pelos alunos. No total, participaram da pesquisa 33 famílias. Vale ressaltar que foram mobilizadas todas as famílias das turmas foco deste estudo, contudo, apenas 33 compareceram. A escolha das entrevistas como método de coleta de dados foi influenciada pelo fato de permitirem uma interação mais direta com os participantes, fornecendo detalhes contextuais relevantes para a análise (Duarte, 2004). Neste instrumento foi disposta uma questão com o objetivo de elucidar o grau de importância da cesta de alimentos recebidos via PNAE para a alimentação das famílias, na qual foi utilizada a escala Likert, com variações de 1 até 7 - sendo 1 o menor grau de relevância e 7 o maior.

Para operacionalizar a coleta dos dados, seis voluntários foram selecionados como entrevistadores e participaram ativamente da coleta de dados. Antes das entrevistas, os voluntários passaram por uma reunião de capacitação para padronizar as abordagens e esclarecer os procedimentos éticos no trato com os participantes. A abordagem de voluntários como entrevistadores foi adotada como uma estratégia para ampliar o alcance do estudo e promover maior proximidade com as famílias participantes, buscando minimizar possíveis barreiras culturais e facilitar a coleta de dados (Duarte, 2004; Minayo, 1992).

É importante destacar que todas as famílias das crianças participantes concordaram voluntariamente em colaborar com a pesquisa, e os princípios éticos de confidencialidade e anonimato foram estritamente respeitados para proteger a privacidade dos envolvidos, por meio

da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Além disso, o projeto passou pela aprovação do Comitê Ético, com o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) de número 67942023.6.0000.5153.

Ademais, foi realizada uma reunião com a nutricionista responsável pelo PNAE no município, visando ao entendimento quanto ao processo de adaptação frente à Lei nº 13.987 de 2020, bem como quanto à montagem e à distribuição das cestas com os kits de alimentos. A indicação para a procura da nutricionista foi feita pela diretora da escola onde este estudo foi realizado, haja vista que a mesma não dispunha das informações necessárias para a compreensão da organização implementada para o atendimento do PNAE na pandemia.

Com os dados e informações coletadas, foi possível realizar uma análise qualitativa utilizando as ferramentas Tendência e Circus do site Voyant, as quais possibilitam uma exploração mais profunda dos discursos relacionados à alimentação familiar nos documentos analisados. A utilização dessas ferramentas proporciona *insights* sobre os hábitos alimentares, preferências e percepções das famílias diante das mudanças na alimentação após a distribuição das cestas do PNAE (Sampsel, 2018).

Para garantir a coerência e uniformidade na análise, foi realizada a categorização dos alimentos in natura mencionados nas entrevistas em três grupos principais: frutas, verduras e legumes. Essa categorização foi feita com base em critérios previamente estabelecidos, com o intuito de organizar os dados e facilitar a identificação de padrões alimentares específicos. Ademais, a padronização de termos relacionados a alimentos foi uma etapa relevante para evitar ambiguidades na interpretação dos dados. Seguindo essa abordagem, termos como "chocolate em pó" e/ou "Nescau" foram unificados como "achocolatado", garantindo que todas as menções ao mesmo alimento fossem tratadas de forma consistente na análise (Moraes, 1999).

Outrossim, visando identificar associação entre variáveis em que a distribuição dos dados não é normal, foi realizado o teste de Spearman, por meio do software Stata. Para interpretação dos resultados considera-se um valor próximo de +1 uma correlação positiva perfeita, enquanto um valor próximo de -1 indica uma correlação negativa perfeita. O p-valor associado ao teste é usado para determinar a significância estatística da correlação, neste estudo considerou-se o valor de 0,05 (Freedman, 2010).

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Primeiramente, entende-se por relevante abordar uma breve caracterização dos entrevistados, a fim de localizar o leitor quanto ao perfil dos mesmos. A maior parte dos

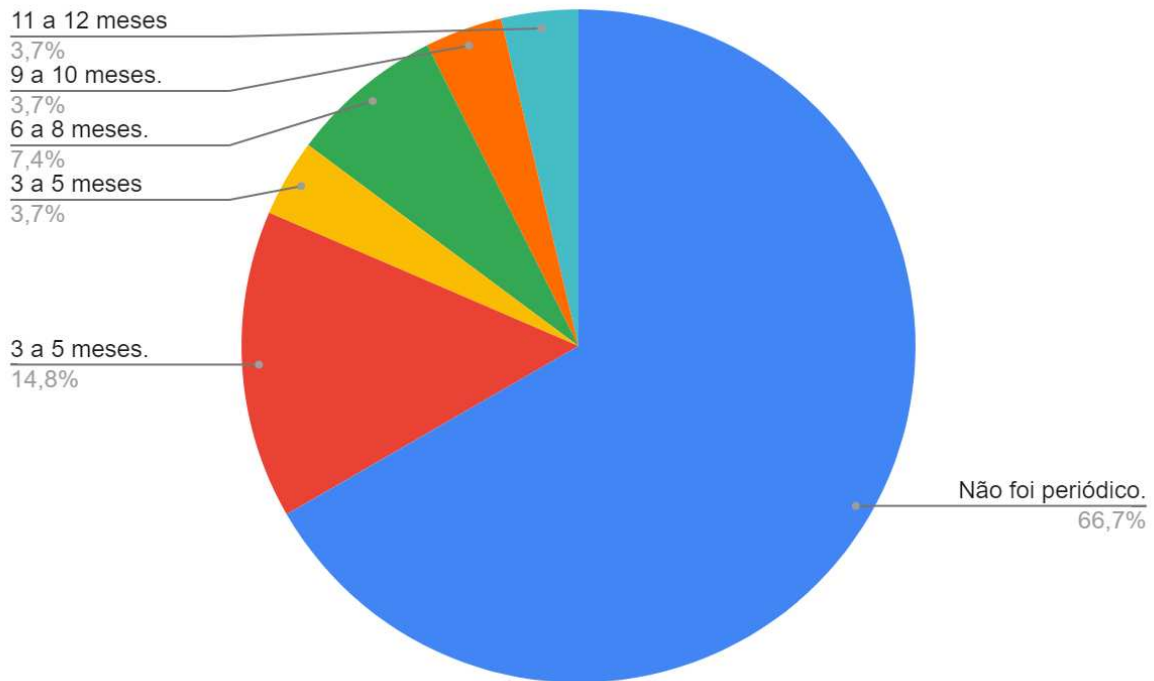
participantes da pesquisa foram mulheres (81,82%), mães dos alunos, que possuem uma faixa etária média de 30 anos, com desvio padrão de aproximadamente 7. Já para os homens, pais dos alunos, a média aproximada de idade foi de 36 anos, com desvio padrão aproximado de 9. Vale ressaltar que não se obteve idade de 7 pais, todos os quais vivem separados da mãe da criança, os demais vivem na mesma residência.

O número de crianças em idade escolar por domicílio varia de 1 até 2, o equivalente a 58% e 42%, respectivamente. Já o número de moradores por residência varia de 2 até 6, com uma média de 4 pessoas por domicílio (desvio padrão aproximadamente 1). Este núcleo familiar pode incluir desde a mãe com uma criança, até os pais, com os filhos, os avós e os tios. A maior parte das residências contam com 1 ou 2 pessoas com trabalho remunerado (45,47% e 52,53%, respectivamente). Apenas 2%, o equivalente a 1 resposta, possui 4 pessoas na casa com remuneração.

Quando questionados sobre a situação empregatícia durante o período de pandemia, 63,63% disseram não terem perdido o emprego, enquanto 36,37% afirmaram que foram demitidos. Dentre os que disseram não ter perdido o emprego, 28,6% afirmaram ter sofrido reduções no rendimento mensal. Com relação à renda per capita das famílias, observou-se, ao calcular a mediana, um montante de R\$660,00, com valores que vão de R\$233,33 a R\$1.000,00. No que tange o recebimento de auxílio governamental durante o período pandêmico, 48,49% afirmaram ter tido acesso a algum tipo de auxílio, dentre os quais 87,5% citaram o auxílio emergencial e 31,25% o bolsa família, destes, 18,75% afirmaram terem acessado a ambos.

A periodicidade no acesso às cestas de alimentos via PNAE, para parte dos respondentes, não existiu, haja vista a afirmação de nunca ter tido acesso (18,2%). Dentre os que receberam a cesta, houveram os que receberam apenas 1 (22,2%) ou 2 (29,6%) cestas. Os demais respondentes se dividem entre aqueles que dizem ter recebido 3, 4, 6 ou 10 cestas, os quais somam 48,2% das respostas. O Gráfico 1 mostra a periodicidade do acesso daqueles que tiveram recebimento:

Gráfico 1 - Periodicidade no acesso à cesta



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Vale ressaltar que dentre os que afirmam ter recebido 3 cestas ou mais, parte significativa relata que recebeu a cesta de outras escolas, fosse pelo filho na época estar matriculado em outro colégio, ou por possuir mais de um filho, um deles vinculado à outra instituição de ensino, conforme retratam as falas a seguir:

A criança estava em outra escola na época da pandemia, onde só fiquei sabendo da disponibilidade de uma cesta. Não fiquei sabendo de outras cestas que foram distribuídas pela escola que ela estudava na época (Entrevistado 7).

As cestas vinham das duas escolas, da [nome da escola onde o estudo foi feito] e outra que meu outro filho estava estudando. Em média, a gente (sic) recebeu 1 cesta a cada 3 meses. Não era frequente a distribuição das cestas. Quando tinha, a gente ia buscar (Entrevistado 4).

Recebi a cesta de uma outra escola, que meu menino estava antes de vir para a [nome da escola em que foi feito este estudo]. Lá a gente pegava todo mês a cesta (Entrevistado 3).

Complementar aos relatos supracitados, em conversa com a nutricionista encarregada do PNAE no município, a mesma informou que após a Lei 13.987 de 20 a nutricionista responsável da época realizou a distribuição das cestas com os kits de alimentos usando como base de critério um recorte social pautado na situação de vulnerabilidade econômica dos estudantes, tendo os mais vulneráveis prioridade para o recebimento.

Já em 2021, frente ao esclarecimento quanto à não possibilidade de realização do recorte social para a entrega das cestas, foi feito um cronograma para entrega das mesmas em todas as escolas do município. Diante da inviabilidade, considerando a quantidade de alimentos recebidos, de disponibilizar a cesta a todas as escolas de forma concomitante, a cada rodada uma nova instituição de ensino foi incluída nos recebimentos, até completar todo o circuito, ou seja, até todas as escolas do município terem recebido as cestas, para assim iniciar novamente o ciclo de entregas.

Vale destacar que no ano de 2021 uma nova organização das cestas foi implementada, passou-se a elaborar dois kits de alimentos, um com alimentos perecíveis, e outro com alimentos não perecíveis. Os dados disponibilizados pela Secretaria de Educação, na pessoa da nutricionista, revelam que no referido ano 319 kits de alimentos foram direcionados à escola foco deste estudo, o equivalente a uma rodada do cronograma de distribuição no município. Na ocasião, a escola teria recebido as duas variedades de kits, com alimentos perecíveis e não perecíveis. Ao avaliar a resposta dos entrevistados quanto à periodicidade do recebimento das cestas, verifica-se que a maioria afirma ter acessado de 1 a 2 cestas, o que vai de encontro com os dados e informações passadas pela Secretaria de Educação.

Dos que responderam nunca terem tido acesso às cestas, ao investigar o motivo, ficou esclarecido ser em função de dois fatores: a criança não estava vinculada a nenhuma escola na época, ou a criança estava matriculada em outra instituição de ensino. Todos os estudantes da escola onde foi desenvolvido este trabalho tiveram acesso a pelo menos 1 cesta. Vale destacar que o processo para o repasse foi organizado com base em um formulário enviado pela escola aos responsáveis dos alunos, no qual eram solicitados alguns dados cadastrais, como nome completo e número para contato, além do campo para o aceite do recebimento das cestas, quando estas fossem disponibilizadas. Com base nestes dados e na prévia aceitação, mediante a entrega dos kits à escola, a família recebia o aviso para ir buscá-lo. Essa comunicação fica clara nas falas dos entrevistados, conforme relatos a seguir:

Não era frequente a distribuição das cestas. Quando tinha, a gente ia buscar (Entrevistado 11).

Fui buscar quando fui notificada pela escola, que foi apenas duas vezes. E cada cesta foi diferente, uma foi cesta básica e outra de hortifruti (Entrevistado 31).

Nós só teve a informação sobre a oferta da cesta duas vezes (Entrevistado 5).

Como resultado da entrevista com os responsáveis pelas crianças, foi possível identificar algumas questões, como a frequência de determinadas palavras nas falas dos entrevistados, no

que tange os alimentos componentes da alimentação da família, bem como a realização de uma comparação quanto a alimentação no período em que estavam recebendo a cesta com os kits de alimentos do PNAE e a alimentação atual. A Figura 4.2 representa a frequência dos termos em forma de nuvem de palavras.

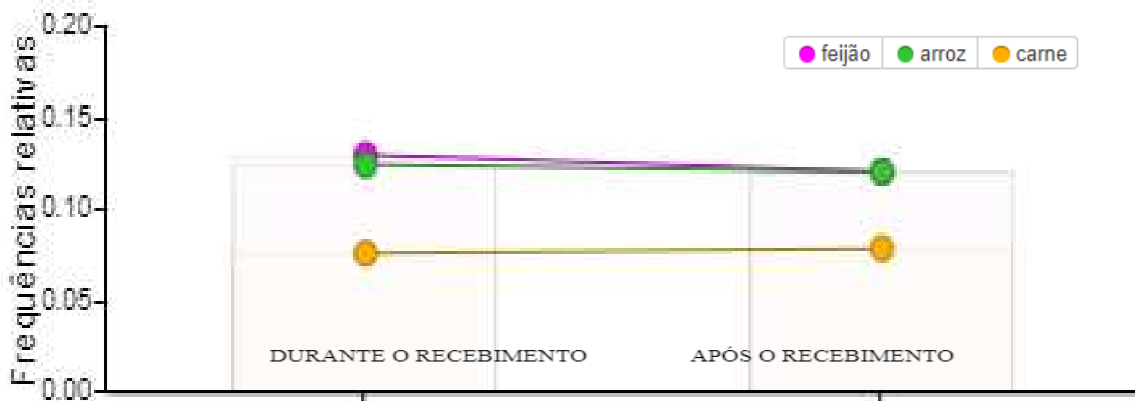
Figura 4.2 - Nuvem de palavras



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Na Figura 4.2, fica evidenciado que os alimentos que apareceram com mais frequência nas falas foram o feijão (44), o arroz (43), as verduras (40), a carne (27), os legumes (27) e as frutas (23). Todos os demais alimentos citados apareceram 20 vezes ou menos. Visando avaliar o consumo dos alimentos durante o recebimento das cestas e após encerrada sua distribuição, os gráficos seguintes demonstram essa relação, considerando os alimentos mais frequentes.

Gráfico 2 - Consumo de feijão, arroz e carne durante e após recebimento da cesta

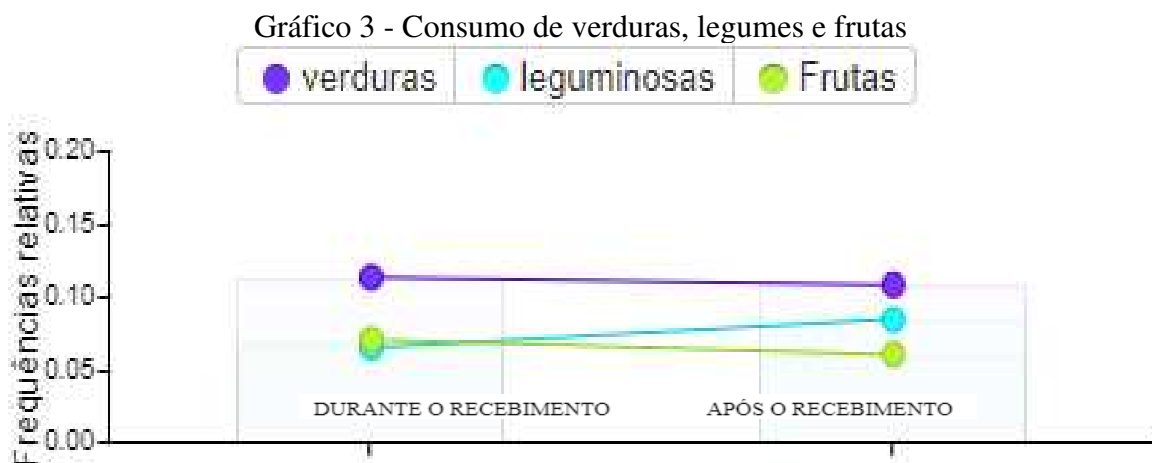


Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Primeiramente, no que tange ao feijão, ao arroz e à carne, nota-se que a frequência desses alimentos nas falas dos entrevistados manteve-se quase o mesmo, com uma queda de

aproximadamente de 0,01 (0,13 para 0,12) para arroz e para o feijão e um aumento de 0,002 para a carne (0,075 para 0,077). Esse resultado vai de encontro ao trabalho realizado por Barbosa (2007), que identificou uma homogeneidade na composição dos pratos no que concerne o arroz e o feijão (94%), a carne vermelha (69%) e o frango (42%). É importante delimitar que, conforme destacado pela autora, a alimentação perpassa também por questões culturais, sendo o arroz e o feijão fortes elementos da cultura alimentar brasileira. Justifica-se, assim, a inexistência de uma significativa alteração na frequência em que estes alimentos foram colocados nas falas dos participantes, por se tratarem de elementos que compõem a base alimentar do brasileiro, sendo, portanto, mais facilmente lembrados pelos mesmos.

Ao avaliar o Gráfico 3, percebe-se que a frequência nas falas no que concerne às verduras se manteve praticamente estável, com variação de 0,01 (0,11 para 0,10). Verifica-se, ainda, uma queda na frequência de frutas e um aumento na frequência de legumes, com variações aproximadas de 0,02 negativa (0,07 para 0,05) e 0,02 positiva (0,06 para 0,08), respectivamente.



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Na busca por compreender esse resultado recorreu-se à literatura, por meio da qual foi possível aferir, através do trabalho de Santos *et al.* (2019), que a maior parte das pessoas (57,7%) coloca como barreira para o consumo de frutas o custo das mesmas, que tem grande impacto no orçamento das famílias. O mesmo padrão de resposta foi observado quando questionados sobre a barreira para o consumo de verduras ou legumes, o equivalente a 49,9% das respostas. Apesar da justificativa para o não consumo de frutas, verduras e legumes ser, para a maioria dos respondentes, a mesma: o impacto no orçamento familiar - nota-se que esta é mais evidente e frequente para o consumo de frutas que para o de verduras ou legumes, o que ajuda a compreender a razão pela qual estes alimentos foram menos lembrados pelos

entrevistados, possivelmente, por não estarem tão presentes no cotidiano da alimentação das famílias.

Paralelamente a esta constatação, ressalta-se um aumento generalizado no preço destes alimentos. De acordo com dados das Centrais de Abastecimento (CEASA) de Minas Gerais, no CEASA na Grande BH - CEAMG, comparando os preços de maio de 2021 e maio de 2023, observa-se uma queda nos preços de 21 alimentos, contra um aumento para 153 alimentos, sendo o maior percentual de redução de 42,9%, enquanto os aumentos variam de 2,9% até 309,8%. Tal realidade, vai de encontro às proposições feitas no trabalho de Santos *et al.* (2019), por meio do qual fica evidente que a principal barreira para o consumo destes alimentos é o fator econômico.

É possível verificar essa mudança no hábito alimentar das famílias, traduzida no aumento do consumo de legumes, em algumas falas dos entrevistados, conforme demonstrado a seguir:

Com as cestas a gente passou a consumir mais os alimentos que vinham nela, como legumes, verduras e frutas. Antes a alimentação era mais arroz, feijão, ovo ou carne. Na pandemia, por estar com as crianças em casa, sem a alimentação na escola, eu passei a preocupar mais em preparar alimentos mais saudáveis, como verduras, legumes e frutas. Assim, nem todos os dias dá para fazer, um dos meninos não gosta de verdura, mas come frutas, o outro já come de tudo (Entrevistado 28).

Nossa alimentação não mudou (sic) de quando a gente recebeu a cesta, quando a gente começou a comer o que vinha nela, e acabou gostando mais de legumes, aí hoje a gente continua comendo (Entrevistado 9).

Apesar dos relatos supracitados, a maior parte dos entrevistados afirma que não mudou o hábito alimentar, enquanto outros já disseram ter havido uma mudança negativa, já que com a cesta eles passaram a comer mais alimentos como frutas, verduras e legumes, e após o encerramento da sua distribuição não mantiveram o consumo semanal destes alimentos:

Atualmente nós não comemos hortifruti toda semana. Agora, o arroz, feijão e carne sempre tem. Se eu puder dizer que com a cesta mudou alguma coisa, foi o iogurte, que a gente passou a tomar depois de ter recebido na cesta da escola (Entrevistado 8).

Com isso, evidencia-se os resultados em termos do consumo alimentar durante e após a distribuição das cestas, reiterando a manutenção de alimentos como arroz, feijão e carne, e a redução no consumo de alimentos in natura, mais avultados, nas apurações aqui efetuadas, no consumo das frutas.

No que concerne à nota direcionada à cesta com o kit de alimentos recebidos, visando delimitar a relevância da mesma para a alimentação das famílias, o número com maiores

ocorrências foi de 7 pontos, equivalente ao valor máximo da escala para atribuição da importância da cesta recebida. Com o desígnio de identificar associação entre variáveis deste estudo, foram realizados testes por meio do Coeficiente de Spearman, considerando: (1) recebimento de auxílio governamental e avaliação da cesta de alimentos; (2) salário média das famílias e avaliação a cesta de alimentos; (3) número de residentes no domicílio e avaliação da cesta de alimentos; (4) número de residentes com trabalho remunerado e avaliação da cesta de alimentos; (5) número de crianças residentes no domicílio e avaliação da cesta de alimentos; (6) ter perdido emprego e avaliação da cesta de alimentos; e (7) número de cestas de alimentos recebidas e avaliação da cesta de alimentos. Não foi possível identificar um nível de significância em nenhum dos testes rodados. Acredita-se que este resultado seja em função do pequeno número da amostra (n=33).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da análise das respostas dos entrevistados, foi possível observar que a maioria dos participantes teve acesso limitado às cestas de alimentos, sugerindo que a distribuição, para mais efetiva, precisaria ser aprimorada. No entanto, mesmo diante de tal constatação, as palavras dos entrevistados ecoam o valor essencial da alimentação para o bem-estar da família, abordando alimentos como feijão, arroz, verduras, carne, legumes e frutas.

Nesse sentido, cabe destacar que o alcance efetivo da alimentação adequada vai além da nutrição, pois está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento pleno da criança. A satisfação do DHAA é um requisito mínimo para que ela tenha a oportunidade de alcançar seu máximo potencial, incluindo acesso a saúde, educação e lazer. A importância da implementação de políticas públicas abrangentes, como o PNAE, ganha destaque como um mecanismo crucial para proporcionar uma base sólida para o futuro dos jovens.

A constatação da baixa renda per capita das famílias no presente estudo ressalta a importância imperativa de políticas públicas voltadas às famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica. Ao investir em programas de assistência social, saúde, educação e segurança alimentar, o governo desempenha um papel essencial na criação de um ambiente propício para o desenvolvimento e o bem-estar das famílias. Dessa forma, a sociedade como um todo se beneficia de uma estrutura mais igualitária, onde cada indivíduo pode ter a garantia de seus direitos e da oportunidade de uma vida digna.

Considerando o objetivo deste trabalho, de avaliar a contribuição do PNAE para a alimentação das famílias durante o período de pandemia, afere-se que, embora os resultados

deste estudo revelam que o PNAE em seu formato adaptado para o período pandêmico não tenha alcançado plenamente seu propósito, devido ao acesso limitado às cestas com os kits de alimentos, isso não diminui a relevância do programa. A avaliação positiva que muitos participantes expressaram ressalta a importância dessas iniciativas, mesmo quando estas necessitam de ajustes e melhorias. A pandemia reforçou a necessidade de políticas públicas resilientes, eficazes e adaptáveis, capazes de proteger os direitos fundamentais, como o DHAA, em face de adversidades.

Por fim, ressalta-se que a compreensão de como o PNAE se adaptou e respondeu a essa nova realidade é de extrema importância para orientar futuras ações governamentais e assegurar a continuidade do fornecimento de alimentos nutritivos em situações desafiadoras. Este estudo oportuniza uma análise mais aprofundada da aplicação do PNAE no contexto da pandemia, trazendo subsídios para o debate sobre políticas públicas voltadas para a garantia do DHAA. Contudo, faz-se necessário novas análises, considerando outros contextos, de outras escolas e municípios, para uma aferição mais global.

## REFERÊNCIAS

ARQUE, R. G. C.; FERREIRA, J. C. S.; FIGUEIREDO, R. S. A importância nutricional da merenda escolar para a comunidade. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 14, p. e111101421852-e111101421852, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/21852>. Acesso em: 10 set. 2023

BARBOSA, Lívia. Feijão com arroz e arroz com feijão: o Brasil no prato dos brasileiros. **Horizontes antropológicos**, v. 13, p. 87-116, 2007.

BASTOS, R. A., PINTO, N. M. D. A., FIÚZA, A. L. D. C., REZENDE, D. F. D. A. elaboração de um índice de segregação socioespacial como ferramenta de gestão e análise do espaço urbano de Viçosa, MG. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 20, n. 3, p. 707-723. 2019.

BATISTA-FILHO, M. Análise da Política de Alimentação e Nutrição no Brasil: 20 anos de história. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, 2021.

BENDINO, N. I; POPOLIM, W. D.; OLIVEIRA, C. R. A. Avaliação do conhecimento e dificuldades de consumidores frequentadores de supermercado convencional em relação à rotulagem de alimentos e informação nutricional. **Journal of the Health Sciences Institute**, v. 30, n. 3, p. 261-265, 2012.

BIELEMANN, R. M.; MOTTA, J. V. S.; MINTEN, G. C.; HORTA, B. L.; GIGANTE, D. P. Consumo de alimentos ultraprocessados e impacto na dieta de adultos jovens. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 49, n. 28, p. 1-10, 2015.

BLANCO, L. F. **Dar forma à fome: uma etnografia das políticas públicas de segurança alimentar na trajetória do Programa Fome Zero.** 2022. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1245506>. Acesso em: 15 maio 2023.

BOCCHI, C. P.; SOUZA-MGALHÃES, É.; RAHAL, L.; GENTIL, P.; SÁ-GONÇALVES, R. A década da nutrição, a política de segurança alimentar e nutricional e as compras públicas da agricultura familiar no Brasil. **Revista Panamericana de Saúde Pública**, v. 43, n. 84, p. 1-10, 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 02 fev. 2023.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução CD/FNDE/2013.** 2013. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-%C2%BA-26>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020.** Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 abr. 2020a. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-13.987-de-7-de-abril-de-2020-251562793>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Orientações para a execução do PNAE durante a situação de emergência decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19).** 2020b. Disponível em: [https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/ctg\\_file\\_352547484\\_13042020172351.pdf](https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/ctg_file_352547484_13042020172351.pdf). Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira.** 2. ed., 1. reimpr. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014. 156p.

CAISAN. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Compromissos do Brasil para a Década de Ação das Nações Unidas para a Nutrição (2016-2025).** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social; 2017. Disponível em: [http://mds.gov.br/caisan-mds/publicacoes/decada\\_versao\\_portugues.pdf](http://mds.gov.br/caisan-mds/publicacoes/decada_versao_portugues.pdf) Acesso em: 15 ago. 2023.

CAISAN/PLANSAN. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - 2016/2019.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; 2017. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/web/arquivos/arquivo/seguranca\\_alimentar/caisan/Publicacao/Caisan\\_Nacional/PLANSAN%202016-2019\\_revisado\\_completo.pdf](http://www.mds.gov.br/web/arquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Caisan_Nacional/PLANSAN%202016-2019_revisado_completo.pdf). Acesso em: 15 ago. 2023.

CAMARGO, RAL de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Temas de Administração Pública**, v. 8, n. 2, p. 1-21, 2013.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/T2-5SF/Sandra/Entrevistas%20em%20pesquisas%20qualitativas.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

DUNCAN, B. B.; CHOR, D.; AQUINO, E. M. L.; BENSENOR, I. M.; MILL, J. G.; SCHMIDT, M. I.; LOTUF, P. A.; VIGO, Á.; BARRETO, S. M. Doenças crônicas não transmissíveis no Brasil: prioridade para enfrentamento e investigação. *Revista de saúde pública*, 46, 126-134, 2012.

FREEDMAN, A. D. **Statistics models and casual inference: a dialogue with the social sciences**. New York: Cambridge University Press, 2010.

FREITAS, E. R. G. **Execução do PNAE durante a pandemia do COVID-19: oferta de alimentos**. 2022. Monografia (Graduação Nutrição) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2022.

GALINDO, E.; TEIXEIRA, M. A.; PESSOA, M.; MENDES, L.; RENNÓ, L. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. **Food for Justice Working Paper Series**. N.4, Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy. 2021. Disponível em: [https://refubium.fu-berlin.de/bitstream/handle/fub188/29813/WP\\_%234\\_final\\_version.pdf?sequence=2&isAllowed=y](https://refubium.fu-berlin.de/bitstream/handle/fub188/29813/WP_%234_final_version.pdf?sequence=2&isAllowed=y). Acesso em agosto de 2023.

GOMES, W. S. T. **Alimentação escolar saudável**. 2016. Monografia (Graduação em Educação do Campo) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2016. Disponível em: [http://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/16720/1/2016\\_WednaTeixeiraGomestcc.pdf](http://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/16720/1/2016_WednaTeixeiraGomestcc.pdf). Acesso em: 10 ago. 2023.

HUMBERTO DA SILVA, L., MEDEIROS, M., BENTES TAVARES, F., AMARAL DIAS, I., FERREIRA FRAZÃO, A. D. G. **PNAE em tempos de pandemia: desafios e potencialidades para sua operacionalização no contexto amazônico**. *Mundo Amazônico*, v. 11, n. 2, p. 17-36, 2020

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD COVID-19**. Disponível em <https://COVID19.ibge.gov.br/pnad-COVID/trabalho.php>. Acesso em: 26 set. 2021.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde, p. 269-269, 1992.

MONTEIRO, C. A.; LEVY, R. B.; CLARO, R. M.; CASTRO, I. R. R. D.; CANNON, G. A new classification of foods based on the extent and purpose of their processing. **Cad. Saúde Pública**, v. 26, n. 11, p. 49, 2010.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Reduzindo riscos e detectando precocemente para prevenir e gerenciar doenças não transmissíveis**. 2023. Disponível em: <https://www.who.int/publications/m/item/reducing-risks-and-detecting-early-to-prevent-and-manage-noncommunicable-diseases>. Acesso em: 15 ago. 2023.

- REAL, L. C. V.; SCHNEIDER, S. O uso de programas públicos de alimentação na reaproximação do pequeno produtor com o consumidor: o caso do programa de alimentação escolar. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 57-79, 2011.
- SAMPSEL, L. J. Voyant tools. **Music Reference Services Quarterly**, v. 21, n. 3, p. 153-157, 2018.
- SANTOS, C. M. B.; ARAÚJO, C. C.; SOARES, M. B.; JESUINO, R. S. A.; DE MORAIS, C. C. Experiência de extensão: “Rotulagem nutricional: conheça o que você consome”. **Revista Ciência em Extensão**, v. 12, n. 4, p. 160-173, 2016.
- SANTOS, G. M. G. C. D.; SILVA, A. M. R.; CARVALHO, W. O. D.; RECH, C. R.; LOCH, M. R.. Barreiras percebidas para o consumo de frutas e de verduras ou legumes em adultos brasileiros. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24, 2461-2470, 2019.
- SCHWARTZMAN, F.; MORA, C. A. R.; BOGUS, C. M.; VILLAR, B.S. Background and elements of the linkage between the Brazilian school feeding program and family farming. **Cad Saude Publica**, v. 33, n. 12, p. e00099816, 2017.
- SHONKOFF, J. P. & PHILLIPS, D. A. **From neurons to neighborhoods: The science of early childhood development**. Washington, DC: National Academy Press. 2000.
- SPERANDIO, N. PRIORE, S. E. Prevalência de insegurança alimentar domiciliar e fatores associados em famílias com pré-escolares, beneficiárias do programa Bolsa Família de Viçosa, Minas Gerais, Brasil. *Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde*. v. 24. n. 4, 2015.
- STAKE, R. E. (2005). Qualitative Case Studies. *In*: N. K. Denzin; Y. S. Lincoln (Eds.). **The Sage handbook of qualitative research**. 3rd Edition, v 5, n 5 (pp. 443-466). Sage Publications Ltd., 2005.
- TRICHES, R. M., SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saude Soc.**, v. 19, n. 4, p. 933-45, 2010.
- VASCONCELLOS, A. B. P. A. de; MOURA, L. B. A. de. Segurança alimentar e nutricional: uma análise da situação da descentralização de sua política pública nacional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 11, p. 1-12, 2018.
- TRIVELLATO, P., T. Programa Nacional de Alimentação (PNAE): participação da agricultura familiar em Viçosa-MG e a situação de (in)segurança alimentar e nutricional de famílias de agricultores fornecedores. Tese (Mestrado em Agroecologia) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, p. 192. 2018.
- YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman Editora, 2015.
- ZANCUL, M. S. de. **Consumo alimentar de alunos nas escolas de ensino fundamental em Ribeirão Preto**. 2004. 85f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 2004.

### **ARTIGO 3 – INSEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO INFANTIL: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA DE UM BAIRRO PERIFÉRICO DE VIÇOSA-MG**

**Resumo:** A Segurança Alimentar é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento humano e a promoção da qualidade de vida de uma população, principalmente se consideradas as crianças, em fase de desenvolvimento. Assim, o estudo da Insegurança Alimentar ganha relevância, uma vez que sua existência pode comprometer a nutrição e o desenvolvimento cognitivo, emocional e social do público infantil. O presente estudo visa avaliar o índice de Insegurança Alimentar em famílias de estudantes de uma escola pública no bairro Santa Clara, na cidade de Viçosa, Minas Gerais, bem como compreender o impacto da localização geográfica no índice de Insegurança Alimentar. Para tanto, utilizou-se da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e realizou-se o georreferenciamento dos domicílios e estabelecimentos comerciais, a fim de verificar o tipo de alimento que as famílias possuem mais fácil acesso. Observa-se que a maior parte das famílias participantes da pesquisa apresentam algum índice de Insegurança Alimentar. Não foi identificada uma diferença significativa na distância entre estabelecimentos com produtos saudáveis e não saudáveis. Acredita-se que o acesso precário à alimentação esteja relacionado a outros fatores como econômico e social.

**Palavras-chave:** Insegurança Alimentar. Crianças. Acesso à alimentos.

**Abstract:** Food Security is one of the fundamental pillars for human development and the promotion of the quality of life of a population, especially when considering children in the developmental phase. Thus, the study of Food Insecurity becomes relevant, as its existence can compromise the nutrition and cognitive, emotional, and social development of the child audience. The present study aims to evaluate the Food Insecurity index in families of students from a public school in the Santa Clara neighborhood, in the city of Viçosa, Minas Gerais, as well as to understand the impact of the geographical location on the Food Insecurity index. To do so, the Brazilian Scale of Food Insecurity (EBIA) was used, and the georeferencing of households and commercial establishments was conducted to verify the type of food that families have easier access to. It is observed that the majority of the families participating in the research exhibit some degree of Food Insecurity. No significant difference was identified in the distance between establishments with healthy and unhealthy products. It is believed that the precarious access to food is related to other factors such as economic and social conditions.

**Keywords:** Food Insecurity. Children. Access to food.

## 1 INTRODUÇÃO

A Segurança Alimentar (SA) é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento humano e a promoção da qualidade de vida de uma população. Acesso regular e adequado a alimentos nutritivos é essencial para garantir a saúde e o bem-estar de todos os indivíduos. Garantir que os alimentos estejam disponíveis, de forma acessível, financeiramente e culturalmente, é essencial para a promoção de uma alimentação adequada e, conseqüentemente, da saúde (Kepple e Segal-Corrêa, 2011).

O cenário atual, contudo, mostra uma realidade ainda muito distante da devida SA. O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 (II VIGISAN), evidencia a Insegurança Alimentar (IA) enquanto um problema que afeta considerável parte da população brasileira. Segundo o relatório, 58,7% dos domicílios no Brasil estavam em situação de IA em 2022, o equivalente a 28% de IA leve, 15,2% de IA moderada e 15,5% de IA grave. Ainda de acordo com o inquérito, apenas 40% dos lares mantêm um acesso pleno à alimentação, caracterizando-se, assim, em uma condição de SA. A outra parcela, que compreende 60% dos domicílios, apresenta uma diversidade de situações, desde a apreensão quanto à disponibilidade futura de alimentos até casos de privação alimentar. Estes achados refletem um aumento de 7,2% na IA, em relação a 2020, e um crescimento de 60%, quando comparado a 2018 (Rede Penssan., 2022).

Nos lares que abrigam crianças menores de 10 anos, a realidade não difere. Em um período um pouco superior a um ano, testemunha-se um aumento considerável na incidência de fome nessas famílias, elevando-se de 9,4% em 2020 para 18,1% em 2022. Quando há a presença de três ou mais indivíduos de até 18 anos no núcleo familiar, a prevalência da fome atinge 25,7% dos domicílios, contrastando com a situação nos lares compostos exclusivamente por adultos, nos quais a SA é de 47,4%, superando a média nacional (Rede Penssan., 2022). É crucial trazer a este debate a realidade das crianças em sua fase de primeira infância (até os seis anos de idade), considerando sua demarcação pelo rápido crescimento e desenvolvimento. A promoção desse desenvolvimento, crucial para atingir o máximo potencial na fase adulta, demanda incentivos adequados na primeira infância, com destaque para a importância da alimentação adequada. Nesse contexto, o estudo da IA ganha ainda mais relevância, pois sua

existência pode comprometer não apenas a nutrição, mas também o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças (Shonkof; Phillips, 2000).

Neste contexto é que se destacam as políticas públicas enquanto mecanismos de promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da SA. Para muitas crianças, especialmente aquelas provenientes de famílias de baixa renda, a alimentação no ambiente escolar desempenha um papel fundamental. A merenda escolar não apenas complementa suas necessidades nutricionais, mas também pode ser a principal fonte de alimentos de qualidade em suas dietas diárias (Macário, 2023). Destaca-se, neste bojo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) enquanto uma política que visa à promoção da SA para os estudantes da rede pública, a nível nacional, por meio do provento da alimentação no ambiente escolar (Triches; Schneider, 2010).

Considerando que a qualidade e a disponibilidade da alimentação na escola têm um impacto direto na saúde e no bem-estar dessas crianças (Macário, 2023), reforça-se a necessidade de compreensão da IA nesse ambiente, não apenas para promover a saúde infantil, mas também para informar políticas públicas e estratégias que visem melhorar as condições de vida dessas famílias e, conseqüentemente, o futuro dessas crianças. Nesse sentido, o presente trabalho foi construído com o objetivo de avaliar o índice de IA das famílias dos estudantes assistidos pelo PNAE, da rede pública no município de Viçosa-MG, após o período pandêmico. Em específico, este trabalho busca compreender o impacto da localização geográfica no índice de IA.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Nos últimos anos, com o aumento da disponibilidade e do consumo de alimentos ultraprocessados, prejudiciais à saúde humana em função dos altos teores de açúcares, sal, gordura e conservantes químicos, a discussão em torno da SA e da IA tem sido evidenciada, haja vista se tratar de uma questão fundamental ao bem-estar e à saúde, abrangendo desde a disponibilidade e o acesso aos alimentos, até a ingestão dos mesmos em quantidade e qualidade nutricional suficientes para atender às necessidades individuais, considerando as preferências culturais de uma população. No contexto de um mundo em constante evolução demográfica, ambiental e econômica, a garantia da SA emerge como um desafio crucial para a saúde pública (Real; Schneider, 2011).

No que tange sua caracterização, conforme afirmam Kepple e Segal-Corrêa (2011), trata-se de um conceito amplo e interdisciplinar, perpassando temáticas que envolvem desde o

acesso aos alimentos, padrão de consumo, produção de alimentos e sustentabilidade. Para os autores, é na amplitude e na característica interdisciplinar da SA que se tem a problemática da sua conceituação, dado que cada área vai congrega perspectivas diferentes à sua compreensão. Os autores debatem amplamente sobre essas divergências conceituais ao trazer diferentes trabalhos para abordar a temática em seu estudo. Alguns autores, principalmente os pesquisadores da década de 90, defendem que a SA deve ser avaliada por meio das medidas antropométricas; outros, principalmente a partir dos anos 2000, irão colocar o sobrepeso e obesidade como fatores de mediação da SA (Olson, 1999; Jyoti *et al.*, 2005).

Diante do exposto, destaca-se a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN<sup>2</sup>) (Brasil, 2006), que define a SA como:

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (Brasil, 2006, art. 3).

Perante esta concepção tem-se um entendimento abrangente da SA, que une as diferentes perspectivas das difusas áreas que compõem esse debate no país (Kepple; Segal-Corrêa, 2011). Vale destacar que a SA também pode ser caracterizada por quatro dimensões interconectadas: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade. Essas dimensões podem ser encontradas em diversos materiais que abordam a temática e, principalmente, buscam trazer os indicadores para a sua medição. À exemplo de organizações que corroboram neste aspecto, tem-se a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Panamericana da Saúde (OPAS) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Ao avaliar alguns materiais das organizações supracitadas, afere-se que a dimensão da disponibilidade se refere à produção e oferta suficientes de alimentos em nível global, nacional e local. O acesso, por sua vez, diz respeito à capacidade das pessoas de obterem alimentos de maneira consistente e adequada, considerando fatores socioeconômicos, como renda e preços dos alimentos. A dimensão da utilização abrange a capacidade do indivíduo de aproveitar os nutrientes dos alimentos consumidos, dependendo de fatores biológicos, como saúde e nutrição. Por fim, a estabilidade

---

<sup>2</sup> A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), de nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, é um marco legal que estabelece diretrizes e princípios para as políticas públicas relacionadas à segurança alimentar e nutricional no Brasil. A LOSAN visa garantir o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, promovendo, assim, a alimentação adequada e saudável para todos os brasileiros.

da SA refere-se à capacidade de sustentar essas dimensões ao longo do tempo, minimizando a vulnerabilidade a choques climáticos, econômicos ou políticos (FAO, 1996; MDS, 2012).

Nessa série de determinantes inter-relacionados que compõem a discussão da SA, destacam-se os fatores econômicos, climáticos e ambientais, além dos políticos. Os fatores econômicos desempenham um papel crucial, visto que a pobreza e a desigualdade limitam o acesso a alimentos adequados<sup>3</sup>. Condições climáticas e ambientais afetam a produção e a disponibilidade de alimentos, com eventos extremos como secas e enchentes, podendo desencadear crises alimentares. Questões políticas e estruturais também têm impacto, influenciando políticas agrícolas, sistemas de distribuição e regulação alimentar (Da Silva; Tavares, 2008; Sobrinho et al., 2014; Mesquita, 2015; FAO, 2016).

O aspecto político ocupa um papel central na configuração da SA, influenciando a formulação, implementação e eficácia das políticas agrícolas e alimentares. As decisões políticas relacionadas ao comércio internacional, subsídios agrícolas, investimentos em infraestrutura rural e regulação do mercado têm impacto direto sobre a disponibilidade e acessibilidade dos alimentos (Svedberg, 2000; Da Silva; Tavares, 2008). Além disso, as políticas públicas também podem moldar a resiliência dos sistemas alimentares ao definirem estratégias de gestão de riscos relacionados a choques climáticos e econômicos. Contudo, a natureza complexa e multifacetada das políticas alimentares demanda abordagens equitativas e inclusivas que considerem as necessidades de diferentes grupos sociais e econômicos, visando à promoção da segurança alimentar para todos (Da Silva; Tavares, 2008; Mesquita, 2015). Portanto, o aspecto político da segurança alimentar ressalta a importância de abordagens participativas e colaborativas na definição de políticas que abordem as raízes estruturais da insegurança alimentar e fomentem sistemas alimentares sustentáveis e resilientes.

O aspecto climático e ambiental emerge como um determinante fundamental da SA, exercendo influência direta sobre a disponibilidade e qualidade dos recursos naturais essenciais para a produção dos alimentos. A variabilidade climática, caracterizada por eventos extremos como secas prolongadas e inundações, compromete a estabilidade das colheitas e afeta negativamente a produção agrícola global (Foley et al., 2011; Mesquita, 2015). Além disso, as mudanças climáticas induzidas pela atividade humana estão associadas a fenômenos meteorológicos mais intensos e frequentes, intensificando a exposição da agricultura a riscos

---

<sup>3</sup> A categorização de alimentos saudáveis neste trabalho segue as diretrizes do Guia Alimentar para a População Brasileira, enfocando produtos in natura e minimamente processados. Essa classificação prioriza alimentos que mantêm a integridade nutricional de suas matérias-primas, alinhando-se com as recomendações de saúde e nutrição e a cultura da população local (Brasil, 2008).

ambientais. O desafio premente de adaptar as práticas agrícolas e os sistemas de produção às condições climáticas em mutação é ampliado pela necessidade de preservar os ecossistemas, que por sua vez são fundamentais para a manutenção da resiliência dos sistemas alimentares (Foley *et al.*, 2011). Assim, a abordagem holística da SA requer a implementação de estratégias integradas que mitiguem os impactos climáticos adversos, promovendo, simultaneamente, a sustentabilidade ambiental e a resiliência dos sistemas de produção de alimentos.

O aspecto econômico constitui um dos pilares fundamentais da SA, influenciando diretamente a capacidade das populações de garantirem o acesso a alimentos adequados e suficientes. A renda e o poder de compra dos indivíduos desempenham um papel central na determinação da capacidade de aquisição de alimentos, impactando a qualidade da dieta e a nutrição (Da Silva; Tavares, 2008; Sobrinho *et al.*, 2014). Adicionalmente, a volatilidade dos preços dos alimentos pode ter efeitos significativos sobre a IA, exacerbando os desafios de acesso e perpetuando ciclos de pobreza (FAO, 2011). Nesse contexto, políticas econômicas que visam à redução da desigualdade de renda, à promoção do emprego e ao estabelecimento de sistemas de proteção social, desempenham um papel crucial na garantia da SA de populações vulneráveis.

Diante dessa perspectiva econômica, vale ressaltar que o consumo excessivo dos alimentos processados, que contribuem para uma má qualidade da alimentação, afeta em maiores proporções a camada mais pobre da população, dada a realidade dessas pessoas, que possuem jornadas árduas de trabalho, o que acarreta na falta de tempo para o preparo de alimentos em casa, levando ao consumo dos fast-foods e congelados (Real; Schneider, 2011). Um estudo realizado com crianças entre 8 e 9 anos aferiu que aquelas com mães que trabalham fora de casa possuem maior consumo de alimentos “não saudáveis”, classificação usada para ingestão significativa de alimentos processados e/ou ultraprocessados. As autoras relacionam esse resultado à “participação da mulher no mercado de trabalho e o estilo de vida contemporâneo, caracterizado pela falta de tempo para o preparo das refeições”, o que acaba por fomentar o consumo desses alimentos (Silva *et al.*, 2019).

Cada aspecto aqui citado (político, climático e ambiental, econômico) impacta diretamente ou indiretamente na SA, reverberando na saúde e no bem-estar da população. Afinal, a alimentação inadequada, seja na forma de subnutrição ou de consumo excessivo de alimentos de baixa qualidade nutricional e alto valor calórico, está associada a uma série de doenças (OMS, 2013). Atualmente, com o aumento do consumo de processados e fast-foods, tem-se um crescimento exponencial das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), como a diabetes, a hipertensão e as doenças cardiovasculares. Um estudo realizado por Leite-

Cavalcanti *et al.* (2009), com objetivo de “avaliar a prevalência de doenças crônicas e o estado nutricional de um grupo de idosos”, aferiu que 97% estavam com obesidade abdominal, sendo que 82,1 % disseram ser portadores de doenças crônicas não-transmissíveis.

Nesse debate cabe trazer a colocação de Blanco (2022, p. 22) ao citar a Adriana Salay Leme para dizer que “o Brasil saiu do mapa da fome, mas a fome nunca saiu do Brasil”. A fome, na perspectiva da autora, é colocada no sentido amplo, não apenas da desnutrição, mas abrange as diversas facetas que compõem a SA, dentre elas o sobrepeso e a obesidade. As diversas facetas abordadas por Blanco (2022) reforçam o aspecto multifacetado da nutrição, que está diretamente relacionada à pobreza, aos hábitos e culturas alimentares, dentre outros fatores (Bocchi *et al.*, 2019; Bezerra *et al.*, 2020; Blanco, 2022). Afinal, conforme aponta Bocchi *et al.* (2019), a alimentação de qualidade está relacionada não apenas ao acesso aos alimentos, mas também ao tipo de acesso que se tem, aos nutrientes que a pessoa consegue ingerir em suas refeições, o que impacta em aspectos como a desnutrição, mas também o sobrepeso e a obesidade, reforçando a definição de SA versada na LOSAN (Brasil, 2006).

É importante destacar nessa argumentação a IA, caracterizada enquanto um estado de inadequação na disponibilidade, acessibilidade e/ou utilização de alimentos nutritivos e seguros para atender às necessidades dietéticas e culturais de uma população, resultando em riscos para a saúde e bem-estar dos indivíduos (Hoffmann, 1995). Este fenômeno complexo é influenciado por uma interação de fatores socioeconômicos, ambientais e políticos, e pode manifestar-se em diferentes níveis de gravidade, desde a insuficiência calórica aguda até a ingestão de alimentos inadequados em termos de qualidade nutricional. A compreensão das múltiplas dimensões da IA e suas ramificações é crucial para informar políticas e intervenções eficazes que visem abordar este desafio global. Em resumo, é possível identificar a IA enquanto em um cenário no qual o indivíduo não tem acesso a uma alimentação adequada e equilibrada, em quantidade e qualidade suficientes, considerando todos os múltiplos aspectos que envolvem a alimentação e, conseqüentemente, a SA (Hoffmann, 1995; Valente, 1997; Kepple e Segal-Corrêa, 2011). Tem-se, portanto, que o debate em torno da IA enquadra-se na discussão da SA na medida em que uma temática perpassa a outra.

À vista desta argumentação, retratado o carácter multifatorial da SA, e conseqüentemente da IA, revela-se a importância da adequada medição das mesmas, sendo necessário compreender os indicadores que irão possibilitar a devida identificação deste quadro (Kepple; Segal-Corrêa, 2011). Existem diversas possibilidades para tal medição, dentre elas destaca-se os indicadores tipicamente empregados pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação (FAO), que utiliza como base a caloria per capita em conjunto com a produção,

exportação e desperdício de alimentos (FAO, 2003). Para a avaliação, considera-se o consumo mínimo de alimentos tido como adequado à manutenção da saúde humana, ponderando as diferentes necessidades por faixa etária e sexo, e a disponibilidade de alimentos do país (FAO, 2003). Dentre as limitações, a FAO (2006) destaca a dificuldade para identificar IA em esferas menores, como a nível estadual e municipal. Outros indicadores que cabem ser colocados são aqueles pautados no recordatório de 24 horas, que mede a periodicidade do consumo ou as despesas com alimentos dentro de um período pré-estabelecido, por meio de entrevistas (Kepple; Segal-Corrêa, 2011). Dentre suas limitações, destaca-se o fato de ser um método invasivo e altamente volátil à variabilidade, além de ser inviável para aplicação em nível populacional (FAO, 2003).

Fica evidente ao avaliar os indicadores supracitados que os mais comumente utilizados relacionam-se com a renda e o consumo de alimentos. Entretanto, para se ter um parâmetro mais global, que possa abranger a multiplicidade da as, faz-se importante também elencar indicadores que irão auxiliar na medição da fome, haja vista sua estreita relação com a IA (Kepple; Segal-Corrêa, 2011). Segundo os autores, esse esforço pode ser verificado de forma mais expressiva a partir dos anos 80, por meio, sobretudo, de dois trabalhos: (1) Cornell e Radimer e (2) Projeto Comunitário de Identificação de Fome Infantil (CCHIP). O primeiro foi feito por meio de um estudo em duas etapas, qualitativa e quantitativa, respectivamente. De acordo com Radimer *et al.* (1992), para a parte qualitativa foi realizado um estudo com 32 mulheres de Nova York, nos Estados Unidos, que afirmaram ter passado fome em algum momento, a maioria delas com filhos (75%). Como resultado das entrevistas com as mulheres, foi identificado por meio das respostas que a fome pode ser caracterizada quanto aspectos físicos, psicológicos e sociais, podendo ser identificada a nível domiciliar e individual (Radimer *et al.*, 1992). Entendidos os conceitos da fome, os autores passaram à segunda etapa: o estabelecimento de indicadores quantitativos para a IA e a fome pautados nos resultados adquiridos na etapa qualitativa do trabalho, o que resultou em um questionário para identificação do índice de IA a nível domiciliar e individual. O CCHIP, por sua vez, desenvolveu um instrumento para avaliação da fome a nível domiciliar, por meio da estimativa da periodicidade da IA (Wehlher *et al.*, 1992). Ao final da aplicação do instrumento, através da soma das respostas, foi possível obter o índice de IA (Wehlher *et al.*, 1992). Ambos instrumentos foram amplamente utilizados e passaram por estudos posteriores que levou à convergência dos mesmos resultando na escala denominada USDA Core Food Security Survey Measure (HFSSM) (Frongillo; Edward, 1999).

No contexto brasileiro, a proposta de utilização de um instrumento para medir a IA se deu a partir de 2003 com a tradução da escala USDA, a qual foi apresentada em 2004 durante um painel com especialistas, que fizeram revisões e propuseram mudanças no instrumento, visando sua adequação à realidade brasileira, resultando em uma proposta com 15 questões (Kepple; Segal-Corrêa, 2011; Segall-Corrêa; Marin-Leon, 2009). Segundo os autores, para devida validação, a escala foi aplicada em quatro áreas urbanas e cinco áreas rurais do país, abrangendo regiões distintas para abarcar as diferentes realidades sociais, culturais e econômicas. Vale destacar que foram acrescentadas ao instrumento aplicado nas áreas rurais variáveis de produção agrícola e de alimentos voltados ao autoconsumo. A partir da validação do instrumento originou-se a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) (Kepple; Segal-Corrêa, 2011). Em sua versão final, “a EBIA possibilitou contemplar as especificidades e diversidades nacionais, resultando em um instrumento de medida aplicável à população brasileira, seja ela rural ou urbana” (Segall-Corrêa; Marin-Leon, 2009, p. 7).

Dentre as adaptações realizadas destaca-se a padronização do período de análise para 3 meses, o ajuste do instrumento para o formato de questionário, bem como a disposição da escala de frequência para as respostas de todas as perguntas, sendo que a versão americana conta com respostas de “sim” ou “não”. Ademais, vale ressaltar que 3 das 18 questões do HFSSM foram excluídas na tradução. A versão atual conta com pequenas alterações, realizadas principalmente para amoldar ao questionário da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que contou com a aplicação da EBIA para medir a IA no país (Segall-Corrêa; Marin-Leon, 2009).

A EBIA se tornou o principal instrumento para a medição do índice de IA no país, além de servir para a avaliação das políticas públicas voltadas ao combate à fome e dos fatores que corroboram no prejuízo à promoção da SA (Segall-Corrêa; Marin-Leon, 2009). Por meio da aplicação do instrumento, algumas nuances puderam ser identificadas, como a correlação da IA e a baixa renda, associada às famílias com crianças em casa, onde o nível escolaridade dos responsáveis é baixo (Segall-Corrêa; Marin-Leon, 2009), o que vai de encontro ao disposto em diversas literaturas como de Kepple e Segal-Corrêa (2011), Bocchi *et al.* (2019), Bezerra *et al.* (2020) e Blanco (2022), reforçando a SA e a IA como multifatoriais. Diante desse contexto, o estudo da IA e da SA se torna essencial, não apenas para compreender a dimensão dos desafios enfrentados, mas também para orientar estratégias políticas e intervenções destinadas a promover uma alimentação adequada e saudável, bem como para construir um ambiente propício ao desenvolvimento social e econômico sustentável no Brasil.

### 3 METODOLOGIA

Para contemplar o objetivo do presente trabalho, optou-se por realizar um estudo de caso em uma escola de uma região periférica do município de Viçosa, Minas Gerais. A instituição foi selecionada segundo o grau de vulnerabilidade socioeconômica da região onde está alocada, que conta com maiores níveis de segregação, menor grau de escolaridade e rendas familiares mais justas, conforme o demonstrado no trabalho de Bastos et al. (2019). A escolha segundo estes parâmetros se justifica pela relevância da alimentação escolar para pessoas em situação de vulnerabilidade, entendendo-se, assim, que avaliar o índice de IA neste cenário possibilitará uma visão realista do quadro (Arqque *et al.*, 2021).

No que tange a avaliação do índice de IA foi utilizada a EBIA, a qual foi aplicada junto ao responsável pela criança. O referido instrumento trabalha com três categorias de IA, leve, moderada e grave, conforme disposto na Tabela 1.

Tabela 1 - Categorias da segurança/insegurança alimentar

<b>Categorias</b>	<b>Domicílios com menores de 18 anos</b>
Segurança alimentar	0
Insegurança alimentar leve	1-5
Insegurança alimentar moderada	6-9
Insegurança alimentar grave	10-14

Fonte: Brasil (2014).

Outrossim, para a compreensão quanto ao impacto da localização geográfica no índice de IA, este estudo envolveu a coleta de dados geoespaciais em Viçosa-MG, utilizando informações provenientes do OpenStreetMap. Foi realizada a seleção de categorias de estabelecimentos de interesse, tais como supermercados, açougues, bares, padarias, centros esportivos, fast food e restaurantes. A georreferenciação dos dados foi conduzida com o auxílio das ferramentas GeoDa e QGIS, que possibilitaram a representação espacial precisa dos estabelecimentos comerciais em relação aos bairros onde os participantes da pesquisa residiam. Posteriormente, os estabelecimentos coletados foram categorizados em seis grupos distintos, com base em sua natureza e oferta de alimentos.

Uma análise das distâncias entre os domicílios dos respondentes e os estabelecimentos em cada categoria foi conduzida para avaliar a acessibilidade dos participantes a essas opções alimentares. As distâncias lineares foram calculadas com base nas coordenadas geográficas dos endereços dos domicílios e a localização dos estabelecimentos comerciais. Isso permitiu uma avaliação das diferenças na acessibilidade, com destaque para a média das distâncias e a variação entre as categorias.

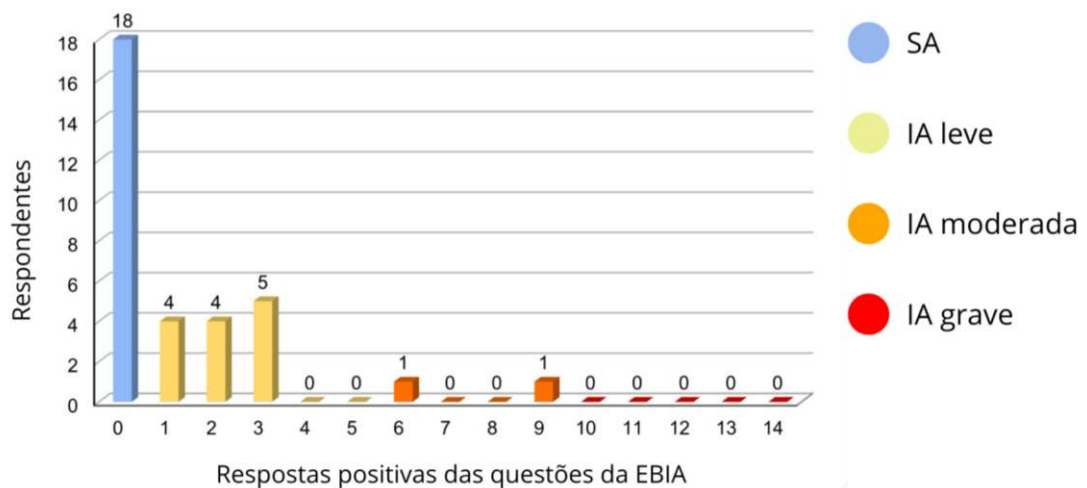
Vale citar que a pesquisa passou pelos trâmites do Comitê Ético, com o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) de número 67942023.6.0000.5153. Os participantes, antes de começarem a responder ao instrumento, tiveram o esclarecimento quanto ao objetivo e termos do trabalho e firmaram sua contribuição para com a pesquisa por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A operacionalização da coleta de dados envolveu a designação de seis voluntários para a aplicação do instrumento. Precedendo a visitação à escola, foi conduzida uma reunião de capacitação com os voluntários, com o intuito de estabelecer a padronização das abordagens e esclarecer os procedimentos éticos relacionados à interação com os participantes. A escolha de utilizar voluntários para aplicação da EBIA foi adotada como uma estratégia visando ampliar o alcance do estudo e promover uma maior proximidade com as famílias participantes. Esse enfoque teve como objetivo mitigar possíveis barreiras culturais e facilitar a coleta de dados (Duarte, 2004; Minayo, 1992).

Por fim, destaca-se que para realização deste trabalho a pesquisa contou com a participação de 33 famílias, relativas aos estudantes do 1º e 2º período e 1º e 2º ano. Ressalta-se que, na data da coleta destes dados, realizada entre abril e maio de 2023, a escola possuía 116 estudantes na faixa etária de até seis anos - idade equivalente às turmas participantes deste estudo, segundo dados disponibilizados pela Secretaria de Educação do município à pesquisadora, via e-mail.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Após a aplicação EBIA, os resultados demonstraram que a IA foi identificada em 45,45% dos domicílios, sendo que apenas um apresentou IA moderada, enquanto os demais se enquadraram enquanto IA leve. O gráfico representado pela Figura 5.3, demonstra a relação da frequência de respostas positivas da EBIA, questões estas que contribuem para a identificação da IA. É importante destacar que o índice de IA encontrado na amostra é superior em 13,25% ao do evidenciado no âmbito nacional no II VIGISAN, com dados de 2022, o que indica que a IA, na amostra deste trabalho, está superior à encontrada no ano anterior no Brasil (Rede Penssan, 2022).

Figura 5.3 - Frequência de respostas positivas da EBIA



Fonte: elaboração própria.

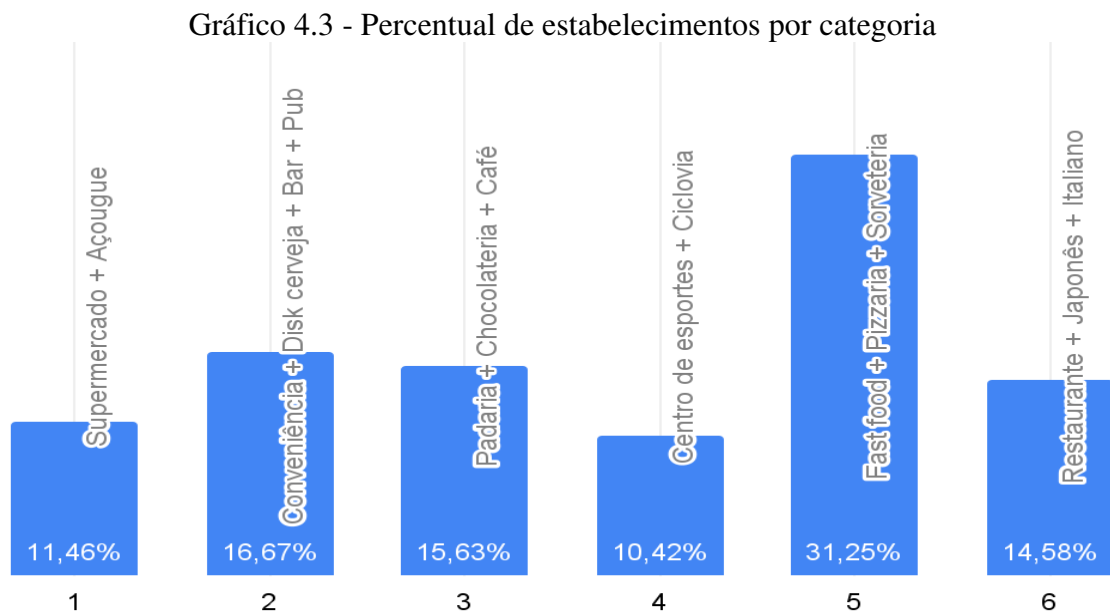
A análise detalhada das respostas revelou que as perguntas 1, 2, 3 e 4, detalhadas no Anexo I, foram as que mais contribuíram para a IA detectada, com mais de 20% de frequência. Isso indicou que, nos últimos três meses, uma preocupação constante estava presente nos domicílios de que os alimentos poderiam se esgotar antes que houvesse recursos financeiros disponíveis para adquirir novos. Além disso, a falta de recursos financeiros impactou a capacidade de proporcionar uma alimentação saudável e variada, muitas vezes levando os moradores a consumir apenas os alimentos disponíveis devido à escassez de recursos financeiros.

Por sua vez, as perguntas 7, 10, 13 e 14 (Anexo I) não tiveram respostas positivas por nenhum dos respondentes. Isso significa que, para nenhuma pessoa da amostra, essas circunstâncias foram identificadas como contribuintes para a IA. Dessas questões, três estavam relacionadas aos moradores com menos de 18 anos (perguntas 10, 13 e 14 - Anexo I), sugerindo que, apesar das dificuldades enfrentadas pelos domicílios, a privação alimentar direta entre as crianças e adolescentes não foi relatada.

Esse achado é evidenciado em outros estudos, no trabalho de Rose (1999) essa aferição foi constatada ao destacar que nas famílias com insuficiência alimentar, as crianças em idade pré-escolar não apresentam um consumo alimentar significativamente inferior em comparação com aquelas provenientes de famílias sem insuficiência alimentar. No entanto, a análise indica que a ingestão média de alimentos para os demais membros desses agregados familiares, presumivelmente adultos, é substancialmente mais baixa quando comparada às famílias sem dificuldades alimentares. Esta observação ressalta a complexidade das dinâmicas alimentares

nas famílias em situação de insuficiência alimentar, sugerindo que o impacto dessa condição pode variar entre diferentes segmentos familiares, com os adultos demonstrando uma vulnerabilidade alimentar mais pronunciada do que as crianças. Tal realidade evidencia a priorização do bem-estar nutricional das crianças por parte dos adultos, mesmo quando isso resulta em privações alimentares pessoais (Rose., 1999). Esse compromisso de proteção das gerações mais jovens em situações de IA demonstra a complexidade das estratégias adotadas pelas famílias diante de desafios financeiros.

Ao realizar o georreferenciamento dos endereços de moradia dos respondentes e os estabelecimentos presentes no município de Viçosa (Gráfico 4.3), identificou-se que a maior parte equivale à fast food, pizzarias e sorveterias (31,25%), seguido de bares, pubs, lojas de conveniência e disk cerveja (16,67%), padarias, chocolateria e cafeteria (15,63%), restaurantes, comida japonesa e italiana (14,58%), além dos supermercados e açougues (11,46%) e dos centros de esportes e ciclovias (10,42%).



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Se apreciados os estabelecimentos com potencial de ofertar alimentos considerados mais saudáveis, como os in natura e minimamente processados, observa-se duas categorias: 1 e 6. Nestas, é possível encontrar mercadorias como frutas, verduras, legumes e carnes, dentre outras para preparo em casa, bem como refeições prontas com variedade de alimentos como arroz, feijão, macarrão, peixes, verduras e legumes. Por fim, destaca-se, também, a categoria 4, caracterizada por estabelecimentos que oportunizam a prática de atividade física. Ao avaliar as

três categorias supracitadas, nas quais considera-se abarcar estabelecimentos saudáveis<sup>4</sup>, nota-se que estas compreendem 50% do total. Entretanto, se avaliada a quantidade de estabelecimentos pertencentes a estas categorias frente ao total, tem-se a representatividade de 36,46%.

Quando avaliada as distâncias entre os domicílios dos participantes da pesquisa e os estabelecimentos como um todo, tem-se 2 quilômetros para a maior distância e 138 metros para a menor distância, uma média de 1,4 quilômetros. Considerando-se as distâncias por categorias, nota-se não haver diferença expressiva, conforme ilustrado na Tabela 2:

Tabela 2 - Distâncias aproximadas por categoria

<b>Categoria</b>	<b>Maior distância</b>	<b>Menor distância</b>	<b>Média</b>
1: Supermercado + açougue	2 km	224 m	1,3 km
2: Conveniência + Disk cerveja + Bar + Pub	2 km	138 m	1,3 km
3: Padaria + Chocolateria + Café	2 km	381 m	1,4 km
4: Centro de esportes + Ciclovía	2 km	544 m	1,3 km
5: Fast food + Pizzaria + Sorveteria	2 km	376 m	1,4 km
6: Restaurante + Japonês + Italiano	2 km	628 m	1,5 km

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Fica evidente que a menor distância equivale à categoria 2 (Conveniência + Disk cerveja + Bar + Pub), enquanto a maior distância é observada na categoria 6 (Restaurante + Japonês + Italiano), com uma diferença de 490 metros. No estudo de Robinson *et al.* (2008), que buscou avaliar a acessibilidade de pessoas a centros econômicos e sociais, tem-se que a média de deslocamento a pé é de 10km por hora, sendo assim, considerando as distâncias supracitadas, tem-se um tempo médio de 36 segundos e 4,2 minutos, respectivamente. Com isso, evidencia-se não existir dificuldade no acesso à locais que oportunizam uma alimentação mais saudável ou a prática de atividades físicas, no que concerne o tempo para acessar tais estabelecimentos.

O mapa (Figura 6.3) mostra a distância dos domicílios e as categorias de estabelecimentos citados neste trabalho.

<sup>4</sup> Aqui, compreende-se por saudável os estabelecimentos que oportunizam ao consumidor a aquisição de produtos in natura e/ou minimamente processados, o que não significa que nestes locais não sejam ofertados outros alimentos, como os ultraprocessados.

Figura 6.3 - Distância dos domicílios e as categorias de estabelecimentos



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Vale destacar que são diversos os fatores que impactam na decisão alimentar, não sendo esta singular no que concerne o acesso a estabelecimentos saudáveis. Conforme demonstrado em alguns trabalhos, como o de Brevidelli *et al.* (2015) e Vaz e Bennemann (2014), os determinantes do comportamento alimentar podem sofrer influência de diversos fatores, como individuais, sociais e ambientais. Os fatores individuais englobam elementos como idade, sexo, etnia, nível de escolaridade e renda, que desempenham papéis cruciais na formação das escolhas alimentares e na manutenção de uma dieta saudável. Por sua vez, os fatores sociais, como cultura, normas sociais, influência de amigos e familiares, mídia e publicidade, desempenham um papel significativo na criação de padrões e expectativas relacionados à alimentação.

Além disso, os fatores ambientais desempenham um papel preponderante, como o preço dos alimentos, sendo o acesso a opções saudáveis um dos elementos que compõem o processo de alimentação, mas não o único. Afinal, a alimentação é complexa e multifatorial, assim, a interação entre esses fatores individuais, sociais e ambientais é o que molda o comportamento alimentar (Kepple; Segal-Corrêa, 2011).

Os resultados aqui encontrados destacam a complexidade da IA e a influência de múltiplos fatores na sua manifestação. A compreensão dessas nuances é essencial para orientar políticas e intervenções direcionadas a grupos vulneráveis, bem como para a elaboração de estratégias que visem à promoção da SA em comunidades em situação de risco.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa revelam que a IA foi identificada em quase metade dos domicílios da amostra, variando de leve a moderada, o que indica que ainda há prevalência de IA no pós-pandemia. A análise mais detalhada das respostas destacou que as perguntas 1, 2, 3 e 4, todas relacionadas à questão econômica, desempenharam um papel significativo na detecção da IA, uma vez que mais de 20% dos respondentes relataram preocupações persistentes sobre a possibilidade de esgotamento de alimentos antes da disponibilidade de recursos financeiros para aquisições adicionais. Além disso, nota-se que a falta de recursos financeiros teve um impacto notável na capacidade dos domicílios de garantir uma alimentação saudável e variada, frequentemente levando-os a consumir apenas os alimentos disponíveis, devido à escassez de recursos financeiros.

Ao considerar o contexto ambiental, a análise dos estabelecimentos comerciais na área geográfica de residência dos entrevistados, revelou-se uma predominância de opções de fast food, pizzarias, sorveterias e outros estabelecimentos de comida pronta, enquanto opções mais saudáveis representam uma proporção menor. No entanto, a acessibilidade a esses estabelecimentos de alimentos saudáveis não parece ser um problema, uma vez que as distâncias médias para a maioria das categorias comerciais não apresentaram diferenças significativas e não representaram um desafio substancial em termos de tempo de deslocamento para os domicílios.

Esses resultados destacam a complexidade da IA e a influência de uma série de fatores individuais, sociais e ambientais em sua manifestação. Considerando se tratar de um bairro periférico, com baixos índices socioeconômicos, é possível que a prevalência de IA esteja atrelada à falta de recursos para a compra de alimentos, bem como a fatores sociais e culturais. Compreender essas nuances é fundamental para informar políticas públicas e intervenções direcionadas a grupos vulneráveis, bem como para desenvolver estratégias que visem à promoção da SA em comunidades em situação de risco. Além disso, esses achados destacam a importância de considerar não apenas a acessibilidade a alimentos saudáveis, mas também uma série de outros fatores que moldam o comportamento alimentar, incluindo aspectos individuais e sociais que desempenham um papel fundamental nesse processo.

## REFERÊNCIAS

ARQUE, R. G. C.; FERREIRA, J. C. S.; FIGUEIREDO, R. S. A importância nutricional da merenda escolar para a comunidade. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 10, n. 14, p. e111101421852-e111101421852, 2021.

BASTOS, R. A., PINTO, N. M. D. A., FIÚZA, A. L. D. C., REZENDE, D. F. D. A. elaboração de um índice de segregação socioespacial como ferramenta de gestão e análise do espaço urbano de Viçosa, MG. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 20, n. 3, p. 707-723. 2019.

BEZERRA, M. S.; JACOB, M. C. M.; FERREIRA, M. A. F.; VALE, D.; MIRABAL, I. R. B.; LYRA, C. D. O. Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 12, p. 3833-3846, 2020.

BLANCO, L. F. **Dar forma à fome**: uma etnografia das políticas públicas de segurança alimentar na trajetória do Programa Fome Zero. 2022. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1245506>. Acesso em: 15 maio 2023.

BOCCHI, C. P.; SOUZA-MGALHÃES, É.; RAHAL, L.; GENTIL, P.; SÁ-GONÇALVES, R. A década da nutrição, a política de segurança alimentar e nutricional e as compras públicas da agricultura familiar no Brasil. **Revista Panamericana de Saúde Pública**, v. 43, n. 1, p. 1-12, 2019.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional**. 2014. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/estante/escala-brasileira-de-inseguranca-alimentar-ebia-analise-psicometrica-de-uma-dimensao-da-seguranca-alimentar-e-nutricional/>. Acesso em: 20 de setembro de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Guia alimentar para a população brasileira : promovendo a alimentação saudável / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 210 p.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Dispõe sobre a Criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11346.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11346.htm). Acesso em: 10 jul. 2023.

BREVIDELLI, Maria Meimei *et al.* Prevalência e fatores associados ao sobrepeso e obesidade entre adolescentes de uma escola pública. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 28, n. 3, p. 379-386, 2015.

DA SILVA, J. G.; TAVARES, L. Segurança alimentar e a alta dos preços dos alimentos: oportunidades e desafios. *Segurança alimentar e nutricional*, 15(1), 62-75, 2008.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/T2-5SF/Sandra/Entrevistas%20em%20pesquisas%20qualitativas.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations, Statistics Division, Socio-economic Statistics and Analysis Service. **Brazil: monitoring progress towards hunger reduction goals of the World Food Summit (WFS) and the Millennium Declaration (MD)**. Rome: FAO; 2006. Disponível em: [http://www.fao.org/faostat/foodsecurity/MDG/EN/Brazil\\_e.pdf](http://www.fao.org/faostat/foodsecurity/MDG/EN/Brazil_e.pdf). Acesso em: 20 set. 2022

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. Measurement and assessment of food deprivation and undernutrition. **International Scientific Symposium**, Rome, 26-28 June, 2002. Rome: FAO; 2003. Disponível em: <http://www.fivims.net/EN/ISS.htm>. Acesso em: 20 set. 2022.

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação para a Segurança Alimentar Mundial. Roma: FAO, 1996.

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2016**. Rome: FAO, 2016.

FAO. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **Price Volatility in Food and Agricultural Markets: Policy Responses**. 2011. Disponível em: <http://www.fao.org/3/i2274e/i2274e.pdf>.

FOLEY, J. A.; RAMANKUTTY, N.; BRAUMAN, K. A.; CASSIDY, E. S.; GERBER, J. S.; JOHNSTON, M., ... BALZER, C. Solutions for a cultivated planet. **Nature**, v. 478, n. 7369, p. 337-342, 2011.

FRONGILLO, J. R.; EDWARD, A. Validation of measures of food insecurity and hunger. **The Journal of nutrition**, v. 129, n. 2, p. 506S-509S, 1999.

HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estudos avançados**, v. 9, p. 159-172, 1995.

JYOTI, D. F.; FRONGILLO, EDWARD A.; JONES, SONYA J. Food insecurity affects school children's academic performance, weight gain, and social skills. **The Journal of nutrition**, v. 135, n. 12, p. 2831-2839, 2005.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 187-199, 2011.

LEITE-CAVALCANTI, C.; RODRIGUES-GONÇALVES, M. D. C.; RIOS-ASCIUTTI, L. S.; LEITE-CAVALCANTI, A. Prevalência de doenças crônicas e estado nutricional em um grupo de idosos brasileiros. **Revista de Salud Pública**, v. 11, p. 865-877, 2009.

MACÁRIO, D. C. A importância da alimentação saudável de crianças nas escolas. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) - Universidade de Salvador, Feira de Santana, 2023. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/33119/1/A%20import%C3%A2ncia%20da%20alimenta%C3%A7%C3%A3o%20saud%C3%A1vel%20de%20crian%C3%A7as%20nas%20escolas.pdf>. Acesso em: 15 agosto 2023.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, DF: MDS, 2012.

MESQUITA, Patrícia dos Santos. **Segurança alimentar, mudanças climáticas e proteção social no semiárido brasileiro (Cariri, Ceará)**. 2015.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde, p. 269-269, 1992.

OLSON, C. M. Nutrition and health outcomes associated with food insecurity and hunger. **The Journal of nutrition**, v. 129, n. 2, p. 521S-524S, 1999.

OMS - Organização Mundial da Saúde. **Diet, nutrition and the prevention of chronic diseases**. Geneva: WHO, 2013.

RADIMER, K. L.; OLSON, C. M.; GREENE, J. C.; CAMPBELL, C. C.; HABICHT, J. P. Understanding hunger and developing indicators to assess it in women and children. **Journal of Nutrition Education**, v. 24, n. 1, p. 36S-44S, 1992.

REAL, L. C. V.; SCHNEIDER, S. O uso de programas públicos de alimentação na reaproximação do pequeno produtor com o consumidor: o caso do programa de alimentação escolar. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 57-79, 2011.

REDE PENSSAN. II VIGISAN: Inquérito Nacional Sobre Insegurança Alimentar No Contexto Da Pandemia Da COVID-19 No Brasil. 2022.

ROBINSON, T. P.; THORNTON, P. K.; FRANCESCHINI, G.; YOU, L., WU, Y.; WAKEFIELD, J. Travel time to major cities: A global map of Accessibility. *In: World Development Report 2009: Reshaping Economic Geography* (p. 223-244). Washington, DC: World Bank, 2008.

ROSE, D. Determinantes econômicos e consequências dietéticas da insegurança alimentar nos Estados Unidos. *Jornal de nutrição*, 129(2), 517S-520S, 1999.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEON, L. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança alimentar e Nutricional**, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2009.

SHONKOFF, J. P.; PHILLIPS, D. A. **From Neurons to Neighborhoods: The Science of Early Childhood Development**. Washington, DC: National Academies Press, 2000.

SILVA, A. S.; MILAGRES, L. C.; CASTRO, A. P. P.; FILGUEIRAS, M. S.; ROCHA, N. P.; HERMSDORFF, H. H. M.; LONGO, G. Z.; NOVAES J. F. O consumo de produtos ultraprocessados está associado ao melhor nível socioeconômico das famílias das crianças. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 11, p. 4053-4060, 2019.

SOBRINHO, Fernanda Martins *et al.* Fatores determinantes da insegurança alimentar e nutricional: estudo realizado em Restaurantes Populares de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 1601-1611, 2014.

SVEDBERG, P. Poverty and undernutrition: Theory, measurement, and policy. **Oxford Economic Papers**, v. 52, n. 4, p. 719-754, 2000.

TRICHES, R. M., SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saude Soc.**, v. 19, n. 4, p. 933-45, 2010.

VALENTE, Flavio Luiz Schieck. Do combate à fome à segurança alimentar e nutricional: o direito à alimentação adequada. **Rev. nutr.**, PUCCAMP, p. 20-36, 1997.

VAZ, Diana Souza Santos; BENNEMANN, Rose Mari. Comportamento alimentar e hábito alimentar: uma revisão. **Uningá Review**, v. 20, n. 1, 2014.

WEHLER, C. A.; SCOTT, R. I.; ANDERSON, J. J. The community childhood hunger identification project: A model of domestic hunger-demonstration project in Seattle, Washington. **Journal of nutrition education**, v. 24, n. 1, p. 29S-35S, 1992.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se desdobra frente à necessidade do entendimento quanto ao impacto do PNAE na segurança alimentar das famílias dos estudantes da educação infantil da rede pública municipal de Viçosa-MG, o que pode ser traduzido no objetivo geral de compreender a repercussão do PNAE para a promoção da SA. Para responder a esta pergunta e, conseqüentemente, a este objetivo, três artigos foram organizados, intentando (1) elucidar o panorama geral acerca do desenvolvimento do PNAE, trazendo a trajetória do programa no país; (2) avaliar a contribuição do PNAE para a alimentação das famílias durante o período de pandemia; (3) e avaliar o índice de IA das famílias dos estudantes assistidos pelo PNAE.

Ao final desta pesquisa e dos artigos elaborados, algumas considerações podem ser efetuadas, como o impacto do fator econômico para a alimentação e, conseqüentemente, para a promoção da SA das famílias. A ausência de recursos financeiros fica evidente na identificação da renda per capita das famílias na EBIA – que mostra que nos domicílios onde há predominância de IA existe uma falta de recursos para a compra de alimentos. Neste cenário, é papel do Estado garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), afinal, frente a situação de vulnerabilidade social e econômica, ele, enquanto promotor da garantia de direitos que deve, por intermédio das políticas públicas, agir. Diante de tal realidade, reforça-se o valor do PNAE enquanto uma política promotora da SA, em especial na pandemia, por meio da distribuição das cestas de alimentos. Essa relevância é evidenciada por meio das notas dadas às cestas recebidas pelos beneficiários, bem como pela fala de muitos durante as entrevistas, que reiteram a importância dos alimentos recebidos para a alimentação familiar.

Outro aspecto é no que concerne à acessibilidade. O PNAE tem, dentre suas proposições, o intuito de possibilitar o acesso a alimentos adequados e de qualidade àqueles com dificuldade na aquisição e consumo dos mesmos. É notório o alto índice de estabelecimentos com alimentos processados nas proximidades das residências dos entrevistados, como fast foods, pizzaria e sorveterias (31,25%). Ademais, evidencia-se que as famílias em situação de IA não conseguem ter o acesso adequado aos alimentos, o que reforça a necessidade de intervenção do Estado para garantir este direito. Se avaliada essa atuação do Estado mediante o PNAE, nota-se, pela fala dos entrevistados, sua importância e interferência na qualidade da alimentação.

É importante destacar nesse debate a prevalência de IA nas famílias dos estudantes, muito evidenciada no sacrifício no que concerne à alimentação por parte dos adultos, visando a amenização desta realidade às crianças do domicílio. Assim, tem-se o indício de que, frente a oportunidade da alimentação adequada no ambiente domiciliar, poderia-se fomentar não

apenas a SA dos estudantes, mas também de toda a sua família, o que não ocorreu no período pandêmico com a flexibilização do PNAE, dada a insuficiência da distribuição das cestas com os kits de alimentos.

Embora os resultados possam revelar que o PNAE em sua adaptação para o período pandêmico não tenha alcançado plenamente seu propósito, devido ao acesso limitado às cestas com os kits de alimentos, isso não diminui sua relevância. A avaliação positiva que muitos participantes expressaram ressalta a importância dessas iniciativas e seus impactos para as pessoas em situação de vulnerabilidade, mesmo quando a realidade exige ajustes. As palavras dos entrevistados ecoam o valor essencial da alimentação para o bem-estar da família, abordando alimentos como feijão, arroz, verduras, carne, legumes e frutas. É diante desse contexto que se reforça a importância da intervenção do Estado frente a um cenário de vulnerabilidade social e econômica. Fica evidente a importância do PNAE para a alimentação das famílias durante o período de pandemia, onde se agravou as instabilidades socioeconômicas, fomentando as fragilidades e colocando em risco a qualidade da alimentação.

Ademais, a identificação da realidade quanto ao sacrifício dos adultos no que concerne a alimentação, a fim de evitar que falte às crianças, sinaliza a importância do Estado para a promoção da alimentação das famílias, como garantidor do DHAA. Prover alimentos para além do ambiente escolar, de forma a abarcar os familiares desses estudantes, pode ser efetivo na promoção de uma alimentação adequada. O PNAE na pandemia possibilitou que o acesso, antes restrito às crianças, pudesse transpor os muros do ambiente escolar e chegar até às residências. Nesse sentido, pensar uma política distributiva de provisão alimentar para os domicílios pode ser uma estratégia para o fomento da SA, uma vez observada esse padrão da privação da alimentação por parte da população adulta. Ademais, se considerado que o PNAE foca na disponibilidade alimentar durante o tempo letivo, tendo em vista a impossibilidade de prover toda a alimentação necessária ao desenvolvimento infantil apenas neste período, reforça-se a importância de pensar a alimentação no âmbito domiciliar.

Ao final deste trabalho é possível afirmar a importância do PNAE e sua característica redistributiva enquanto contribuinte para a alimentação e para a promoção da SA, ressaltando, contudo, que sua distribuição na pandemia não oportunizou a concretização dessa contribuição de forma efetiva. A elaboração e implementação de políticas públicas são necessárias à garantia de direitos, sendo o PNAE essencial para a promoção da alimentação adequada. Entretanto, faz-se necessária uma avaliação quanto a forma de sua aplicabilidade no período pandêmico, analisando os pontos carentes de melhoria na implementação deste formato, a fim de verificar a viabilidade de implementação deste modelo, com as devidas melhorias adotadas.

Vale destacar que a principal limitação desta pesquisa se encontra em sua característica enquanto um estudo de caso, onde foi avaliada a aplicação do PNAE na pandemia e o índice de IA das famílias de uma realidade muito específica. Assim, para reafirmar os achados deste trabalho, faz-se necessário a realização de novas pesquisas, de forma a avaliar se os resultados aqui obtidos são condizentes com outras regiões e localidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUE, R. G. C.; FERREIRA, J. C. S.; FIGUEIREDO, R. S. A importância nutricional da merenda escolar para a comunidade. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, 2021.

BASTOS, R. A., PINTO, N. M. D. A., FIÚZA, A. L. D. C., REZENDE, D. F. D. A. elaboração de um índice de segregação socioespacial como ferramenta de gestão e análise do espaço urbano de Viçosa, MG. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 20, n. 3, p. 707-723. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de julho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União, 2009; 16 jul. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm). Acesso em: 26 de set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 abr. 2020a. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-13.987-de-7-de-abril-de-2020-251562793>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Orientações para a execução do PNAE durante a situação de emergência decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19)**. 2020b. Disponível em: [https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/ctg\\_file\\_352547484\\_13042020172351.pdf](https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/ctg_file_352547484_13042020172351.pdf). Acesso em: 10 jul. 2022.

GALINDO, E.; TEIXEIRA, M. A.; PESSOA, M.; MENDES, L.; RENNÓ, L. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. **Food for Justice Working Paper Series**. N.4, Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy. 2021. Disponível em: [https://refubium.fu-berlin.de/bitstream/handle/fub188/29813/WP\\_%234\\_final\\_version.pdf?sequence=2&isAllowed=y](https://refubium.fu-berlin.de/bitstream/handle/fub188/29813/WP_%234_final_version.pdf?sequence=2&isAllowed=y). Acesso em: 20 ago. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD COVID-19**. Disponível em: <https://COVID19.ibge.gov.br/pnad-COVID/trabalho.php>. Acesso em: 26 set. 2021.

REDE PENSSAN. II VIGISAN: Inquérito Nacional Sobre Insegurança Alimentar No Contexto Da Pandemia Da COVID-19 No Brasil. 2022.

SHONKOFF, J. P. & PHILLIPS, D. A. **From neurons to neighborhoods:** The science of early childhood development. Washington, DC: National Academy Press. 2000.

**ANEXO 1 – ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR****Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)**

Nome do entrevistador:

Data da entrevista:

Nome do entrevistado:

Endereço do domicílio:

Instruções: Por favor, responda a cada uma das perguntas abaixo. Para cada pergunta, assinale a resposta que melhor descreve a situação do seu domicílio nos últimos três meses.

1. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?

( ) Sim

( ) Não

2. Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?

( ) Sim

( ) Não

3. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?

( ) Sim

( ) Não

4. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?

( ) Sim

( ) Não

5. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?

Sim

Não

6. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?

Sim

Não

7. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?

Sim

Não

8. Nos últimos três meses, Algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?

Sim

Não

9. Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?

Sim

Não

10. Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?

Sim

Não

11. Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?

( ) Sim

( ) Não

12. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?

( ) Sim

( ) Não

13. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?

( ) Sim

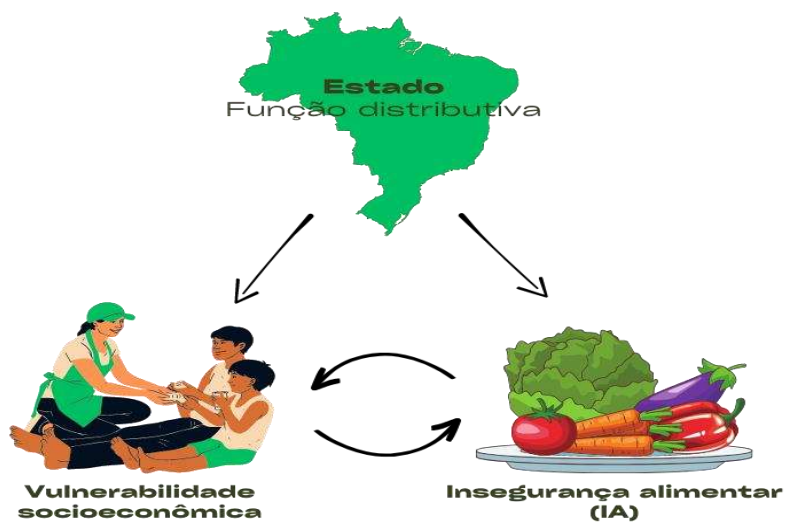
( ) Não

14. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?

( ) Sim

( ) Não

ANEXO 2 – ESTADO NA GARANTIA DE DIREITOS



Fonte: elaboração própria

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA

**TÍTULO DO PROJETO:** O agravo da insegurança alimentar: um estudo sobre o PNAE em Viçosa-MG.

O Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “O agravo da insegurança alimentar: um estudo sobre o PNAE em Viçosa-MG”. Nesta pesquisa pretende-se avaliar a contribuição do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na promoção da Segurança Alimentar. O motivo que leva a este estudo é a pandemia causada pela COVID-19 e o consequente fechamento das escolas, o que levou ao inaccessível à alimentação fornecida no ambiente escolar. Frente a este cenário adotou-se uma mudança na aplicação da política: durante o período de isolamento social, os alimentos, antes ofertados nas refeições na escola, passaram a serem disponibilizados em formato de cestas contendo um kit alimentar. Considerando que neste mesmo período houve um aumento significativo no preço dos alimentos, alinhado a um alto índice de desemprego e de redução no orçamento familiar, evidencia-se a importância de conduzir um estudo para compreender a efetividade do PNAE, possibilitando a sua avaliação no que tange a segurança alimentar. Para esta pesquisa serão realizadas entrevistas semiestruturadas e será utilizado o questionário da escala EBIA, ambos a serem aplicados no ambiente escolar, junto aos responsáveis dos estudantes, durante espaços como reuniões de pais, festas escolares e no momento em que os responsáveis levam e buscam as crianças.

É importante ressaltar que ao participar da pesquisa o participante incorre no risco do constrangimento ao responder alguma pergunta, sendo reservado o direito de não responder. Em contrapartida, sua participação é benéfica para os estudos sobre a aplicação do PNAE na pandemia. Para participar deste estudo o Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr.(a) tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão e não serão utilizados os áudios (voz), nem imagens provenientes das entrevistas.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, no Departamento de Economia Rural na Universidade Federal de Viçosa e a outra será fornecida ao Sr.(a).

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, e depois desse tempo serão destruídos.

Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “O agravo da insegurança alimentar: um estudo sobre o PNAE em Viçosa-MG”, de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

**Coordenador da pesquisa (pesquisador responsável):**

Nome: Gustavo Bastos Braga

Departamento: Economia Rural tel: (31) 3612-4357

Email: gustavo.braga@ufv.br

**Equipe de pesquisa:**

Nome: Samilla Nunes Rezende Rodrigues

Departamento: Economia Rural

Email: samilla.rodrigues@ufv.br

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Universidade Federal de Viçosa

Edifício Arthur Bernardes, piso inferior

Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário.

Cep: 36570-900 Viçosa/MG

Telefone: (31)3899-2492

Email: cep@ufv.br

www.cep.ufv.br

---

Voluntário(a)

---

Pesquisador responsável

## APÊNDICE B – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

### Entrevista semi-estruturada:

Nome do entrevistador:

Data da entrevista:

Nome do entrevistado:

Endereço do domicílio:

1. Número de crianças em idade escolar na casa?
2. Destes, quantos receberam a cesta da escola?
3. Destes, quantos estudam em outra escola?
4. Quantas pessoas (moradores da casa) foram beneficiadas pela cesta recebida da escola?
5. Quantas pessoas residem na casa atualmente?
6. Qual é a idade atual dos membros da família?
7. Quantos membros da família possuem trabalho remunerado?
8. Alguém perdeu o emprego durante a pandemia?
  - a. Sim
  - b. Não
9. Quantas pessoas possuíam emprego antes da pandemia?
10. Qual a renda média mensal da família atualmente?
11. Alguém teve o salário reduzido na pandemia?
  - a. Sim
  - b. Não
12. Quantas cestas a família teve acesso por mês?
  - a. 1 cesta
  - b. 2 cestas
  - c. 3 cestas
  - d. 4 cestas
  - e. Outro:
13. Outro membro da família recebeu algum tipo de auxílio? Se sim, qual?
14. Por quanto tempo a família teve acesso às cestas?
  - a. 1 a 2 meses
  - b. 3 a 5 meses
  - c. 6 a 8 meses

- d. 9 a 10 meses
  - e. 11 a 12 meses
  - f. Mais de um ano
  - g. Não foi acesso periódico
  - h. Nunca teve acesso
15. Se o acesso foi por menos de 1 ano, qual o motivo?
16. Se o acesso não foi periódico, qual o motivo e quantas cestas você acessou?
17. Se nunca teve acesso, qual o motivo?
18. Em média, quanto tempo durava a cesta?
- a. Menos de uma semana
  - b. Até uma semana
  - c. Até duas semanas
  - d. Até três semanas
  - e. Até 4 semanas
  - f. Outro:
19. No geral, quais alimentos compunham a cesta?
20. O que compunha as refeições da família enquanto estavam recebendo a cesta?
21. Os produtos recebidos eram os mesmos consumidos pela família geralmente? Se não, o que era consumido?
22. E o consumo de alimentos atualmente, após encerrada a distribuição das cestas, como está?
23. Em que medida os alimentos recebidos da escola contribuíram com a alimentação da família? Avalie de 1 até 7, sendo 1 a menor contribuição e 7 a maior contribuição.